CURTA-METRAGEM

‘A Fala Que Move’ estreia no Teatro Gebes Medeiros
Plateia 9

emtempo
Tradição e Credibilidade

R$ 1,00

ANO XXXIII - Nº 11.384 - Manaus, quinta-feira, 20 de março de 2025 | Presidente de Honra: Otávio Raman Neves

Assinado contrato para moradia social em prédio do Centro

A Caixa vai financiar a requalificação do prédio da antiga sede da Receita Federal de Manaus (AM) para transformação em moradia social. Localizado na rua Marechal Deodoro, no centro da capital amazonense, o edifício abrigará 75 novas unidades habitacionais após a reforma.

Dia a Dia 8



DISCUSSÃO

Marina Silva chama Plínio Valério de ‘psicopata’

Política 5





TEMPESTADE

Registro de 39 ocorrências durante forte chuva

Últimas 2

2024

Ano mais quente da história

Geral 11





ELIMINATÓRIAS

Seleção busca vitória em clássico sul-americano

Esporte 10

Prefeitura registra 39 ocorrências durante chuva

DIVULGAÇÃO


Chuva atingiu todas as zonas de Manaus causando estragos em algumas localidades

Precipitações atingiram 49,4 milímetros, segundo Defesa Civil

A Prefeitura de Manaus , por meio do Centro de Cooperação da Cidade (CCC), atendeu, na tarde de ontem (19), 39 chamadas em razão da chuva que atingiu a cidade desde o início da tarde. As demandas foram recebidas pelo Disque 199 e o número (92) 98802-3547, canal direto de comunicação com a Defesa Civil, operado 24 horas na sede do CCC.

As ocorrências foram repassadas para as equipes de campo da Secretaria Executiva de Proteção e Defesa Civil Municipal (Sepdec), vinculadas à Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social (Semseg), que responderam rapidamente às áreas impactadas.

Durante as recentes precipitações em Manaus, que atingiram 49,4 mm, algumas situações foram observadas, demonstrando a necessidade de atenção das equipes de campo. Entre elas, 20 de alagações, sendo 15 na zona Norte, duas na Zona Leste, duas na Zona Centro-Sul, uma na zona Centro-Oeste. Uma ocorrência de bueiro na zona Oeste. Um desabamento na zona Leste. Seis penetrações, sendo quatro na zona Norte e dois na zona Oeste. Dois destelhamentos na zona norte. Duas ocorrências de rachadura, sendo uma na zona Norte e uma na zona Sul. Cinco riscos de desabamento, sendo um na zona Leste, um na zona Sul, um na zona Oeste e dois na zona Norte. Duas transmissões de vistoria na zona Norte.

As equipes foram prontamente mobilizadas para lidar com esses incidentes em diversas áreas da cidade, garantindo a segurança e o bem-estar da população.

Canal de atendimento 24 horas

Em caso de ocorrências, para assistência imediata, os cidadãos podem entrar em contato ligando para o Disque 199 (Defesa Civil) e o (92) 98802-3547, que operam 24 horas no CCC.

É importante ressaltar que o sistema atmosférico é dinâmico e a Prefeitura de Manaus continuará monitorando os dados de previsão para fornecer atualizações, caso haja alterações significativas.

Recomendações

É importante que os moradores de Manaus estejam preparados para as condições do mau tempo e adotem as precauções possíveis. Além disso, é recomendado evitar o acúmulo de água parada, evitando a prevenção de mosquitos transmissores de doenças.

Ao dirigir em vias alagadas, é essencial reduzir a velocidade e manter uma distância segura do veículo à frente. Evite transitar por locais alagados e, se necessário, procure rotas alternativas.

TEXAS

Foragida do 8 de janeiro é presa ao tentar entrar nos EUA

A moradora de Balneário Camboriú, Cristiane da Silva, de 33 anos, foragida por envolvimento nos ataques de 8 de janeiro de 2023 em Brasília, foi detida ao tentar entrar ilegalmente nos Estados Unidos.

Ela foi barrada em El Paso, na fronteira sudoeste do Texas com o México, e agora aguarda extradição para o Brasil. Ela estava com duas mulheres também condenadas por participação no atentado em Brasília.

As prisões ocorreram em 21 de janeiro, um dia depois da posse de Donald Trump. Segundo o UOL, o objetivo das foragidas era conseguir refúgio político nos EUA com o aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro, alegando perseguição política. Cristiane foi condenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a um ano de prisão por associação criminosa e incitação ao crime,

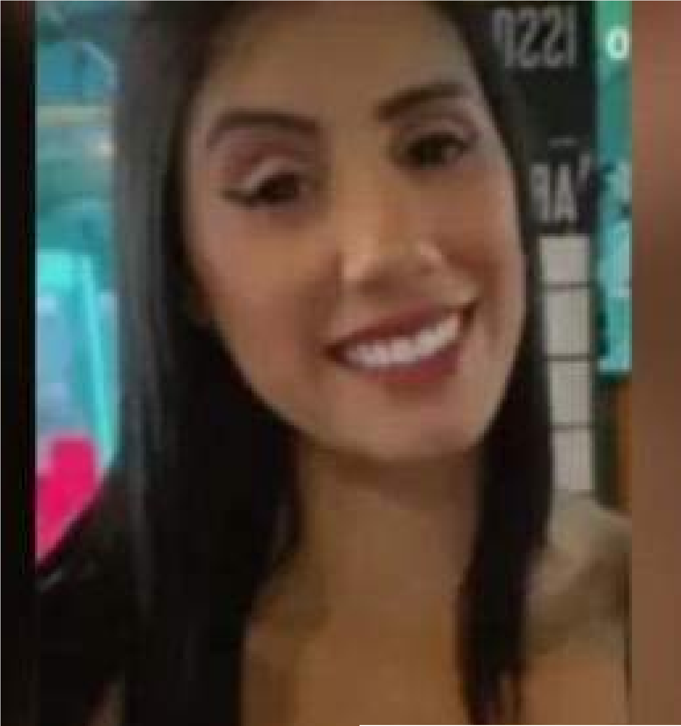
Há, inclusive, um mandado de prisão expedido contra ela no Brasil.

Defesa

A defesa da moradora de Balneário Camboriú alega que a mulher não teve participação nos atos antidemocráticos. Diz que a Cristiane foi apenas passear em Brasília e pagou R$ 500 de passagens para pegar uma carona com militantes. A mulher teria fugido para Buenos Aires no ano passado e, lá, teria se juntado a outros manifestantes. Da capital argentina, eles fugiram para os EUA passando por Peru, Colômbia e pela América Central até chegar ao México.

Cristiane e as outras duas mulheres estão na detenção da Polícia de Imigração e Alfândega, no Texas. A defesa informou ao UOL que estão sendo tomadas medidas para resolver a situação dela nos EUA.

DIVULGAÇÃO


Cristiane da Silva foi presa ao tentar ilegalmente nos Estados Unidos

Programa
SER MULHER
Iniciativa humanitária da Legião da Boa Vontade
Se você passa ou já passou por alguma violência ou conhece alguém que precise ressignificar sua vida, peça ajuda!
A LBV oferece atendimento psicológico on-line e gratuito para todo o Brasil a meninas (a partir de 12 anos) e mulheres com vivências de violência.
Entre em contato com a gente: (11) 99996-6557
Você é psicóloga? Seja uma voluntária.
Informações: www.lbv.org/programa-ser-mulher
@LBVBrasil
LBV

|Contexto|

DIVULGAÇÃO



Beneficio irregular – A Transparência Brasil identificou uma prática no Senado conhecida como licença-compensatória, que foi criada sem uma base legal adequada. Esse benefício permite que servidores, ao acumular dias de folga, possam convertê-los em pagamentos financeiros. Nos últimos 16 meses, essa prática gerou custos estimados em quase R$ 1 bilhão para os tribunais de justiça. Considerando o impacto financeiro e a irregularidade, a organização denunciou o caso ao Tribunal de Contas da União (TCU), que aceitou a denúncia e iniciou as etapas necessárias para analisar e suspender a prática.

Polêmica Inacreditável- Em evento de entrega de medalhas, o senador Plínio Valério (PSDB-AM) decidiu que a melhor forma de defender a BR-319 era com uma "piada" sobre enforcar a ministra Marina Silva. A ministra, claro, não achou graça e respondeu no programa Bom Dia, Ministra, chamando o comentário de incitação à violência contra mulheres. Afinal, quem precisa de debates políticos quando se pode recorrer a "humor" de gosto duvidoso e misógino? Marina ainda destacou que tais ataques jamais seriam feitos a um homem no mesmo cargo. Parece que, em 2025, o respeito ainda não chegou para todos.

Exílio ou férias de luxo? O deputado Eduardo Bolsonaro (PL-RJ) anunciou uma licença de quatro meses para uma "temporada" nos Estados Unidos, e o cenário político brasileiro, claro, foi à loucura. Até seus aliados ficaram surpresos—ou será que só fingiram bem à narrativa falaciosa? Há quem diga que isso é menos sobre descanso e mais sobre estratégia: direto do solo americano, Eduardo planeja combater a suposta "perseguição à direita no Brasil". E, como se não bastasse, ele ainda declarou que pretende pedir exílio político ao governo a Donald Trump. Porque, afinal, quem melhor para acolher um defensor da democracia do que um ex-presidente que também adora questionar resultados eleitorais? Estratégia ou espetáculo, o tempo dirá.

Nazifacismo sem Bolsonarismo? Jair Bolsonaro afirmou que o filho Eduardo irá morar nos Estados Unidos para "combater o nazifascismo que avança sobre o nosso País". A ironia é evidente, já que o bolsonarismo é frequentemente associado a práticas autoritárias, esse sim, comparadas ao nazifascismo. Eduardo, licenciado do cargo de deputado federal, diz que vai pressionar o governo de Donald Trump para ajudar o Brasil. A declaração, feita durante um evento judaico, soa mais como uma tentativa de criar uma narrativa política.

Crédito para todos? Capitão Alberto Neto agora lidera a Frente Parlamentar pela Democratização do Crédito, prometendo transformar o acesso ao crédito em um direito de cidadania. Com taxas de juros que chegam a 300% ao ano, o desafio é grande, mas o deputado garante que o crédito consignado é a solução mágica. Afinal, nada como um desconto direto na folha para resolver o endividamento.

Frente Parlamentar ou frente de batalha? Com 196 deputados e dois senadores, a Frente Parlamentar pela Democratização do Crédito promete enfrentar as barreiras financeiras do país. Capitão Alberto Neto afirma que o crédito será um instrumento de inclusão e não de endividamento. Mas, com tantos discursos sobre justiça social e crescimento econômico, fica a dúvida: será que o crédito vai mesmo virar oportunidade ou continuará sendo um campo minado para os mais vulneráveis? A conferir.

Aplausos

DIVULGAÇÃO



À Operação Xapiri, que desde 11 de março combate o garimpo ilegal na região do Rio Madeira, protegendo terras indígenas e ribeirinhos. Coordenada pela FUNAI e Ibama, com apoio da Polícia Militar Ambiental, a ação já destruiu dezenas de balsas ilegais utilizadas na extração de ouro, reduzindo a poluição causada pelo mercúrio. O nome "Xapiri" homenageia os espíritos protetores da floresta, simbolizando a luta pela preservação ambiental e pelos direitos dos povos originários

Vaias

DIVULGAÇÃO



A irregularidades em Tapauá – O TCE-AM reprovou as contas de 2022 da Câmara de Tapauá e aplicou uma multa de R$ 15 mil ao ex-presidente Francisco Josimar da Silva Teixeira. Entre os "destaques" das irregularidades: contratos prorrogados indevidamente e falhas no sistema e-Contas. Não bastasse, superfaturamento em serviços e falta de documentos também apareceram no relatório. O prefeito de Tefé, Nicson Marreira, não ficou para trás, multado por contratações temporárias ilegais. Parece que a transparência anda de férias nessas cidades!

|Contexto empresarial |

DIVULGAÇÃO



Varejo amazonense – O Índice do Varejo Stone (IVS) revelou um crescimento de 1,1% nas vendas do Amazonas em fevereiro de 2025, comparado ao mesmo mês do ano anterior. O estado apresentou o terceiro melhor desempenho no cenário nacional, ficando atrás de Pernambuco (1,8%) e Roraima (1,6%). O estudo é uma análise mensal da movimentação do varejo brasileiro e é realizado pela Stone. No recorte por segmentos, apenas "Material de Construção" e "Móveis e Eletrodomésticos" apresentaram alta no mês. Já no comparativo anual, o segmento de "Combustíveis e Lubrificantes" liderou o desempenho, com um crescimento de 4,1%.

emtempo
O jornal que voce lê!

JORNAL AMAZONAS EM TEMPO

Endereço: Dr Dalmir Camara - 623 - São Jorge

Presidente de Honra
Otávio Raman Neves

Diretora de redação
Gláucia Chair

FALE CONOSCO
Comercial
(092) 98859-0110
Redação Circulação

Crítica a Trump – O economista Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central, afirmou que as perspectivas globais e americanas sob o governo Trump têm uma "cara bem ruim". Ele criticou as medidas protecionistas de Trump, que agravam uma economia global já fragilizada, com tensões como a guerra na Ucrânia e a nova guerra fria entre EUA e China.



Fraga destacou que o Brasil não deve seguir o desmantelamento do Estado promovido por Trump, mas sim aperfeiçoar um Estado de "tamanho médio". Para ele, o principal problema do Brasil segue sendo fiscal, o que limita as possibilidades econômicas e exige equilíbrio entre políticas fiscal e monetária.

Petróleo na Foz do Amazonas – Uma pesquisa da Genial/Quaest revelou que 84% do mercado financeiro vêem como positiva a exploração de petróleo na Margem Equatorial, na Foz do Amazonas. O levantamento, realizado entre 12 e 17 de março, contou com 106 entrevistas de gestores e economistas de São Paulo e Rio de Janeiro. O ministro Alexandre Silveira, de Minas e Energia, afirmou no dia 9 que está cobrando pessoalmente uma decisão do Ibama sobre o tema. Segundo a pesquisa, apenas 5% avaliam a exploração como negativa, enquanto 7% não opinaram.

Leição de imóveis – O Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (AM/RR) realizará seu primeiro leilão de 2025 no dia 31 de março, às 9h30, exclusivamente online no site Amazonas Leilão. Entre os itens disponíveis estão imóveis, como um apartamento avaliado em R$ 700 mil e uma chácara de R$ 1 milhão, além de carros, roupas e equipamentos. O evento busca arrecadar recursos para quitação de dívidas trabalhistas em processos em execução. Interessados devem se cadastrar previamente no site e podem visitar os bens mediante agendamento com o leiloeiro oficial.

Franquias no Norte – O mercado de franquias no Norte do Brasil destacou o Pará como líder em faturamento absoluto, alcançando R$ 4,9 bilhões no último ano, seguido pelo Amazonas com R$ 2,4 bilhões. O Amapá registrou o maior crescimento percentual, com aumento de 21,2% e um faturamento de R$ 617 milhões, reforçando seu potencial de expansão. Já Roraima apresentou o maior avanço no número de unidades, crescendo 14,5% e totalizando 487 operações, além de gerar 4.107 postos de trabalho. Esses números evidenciam a força e a diversidade econômica dos estados da região.

Desafios para o Amazonas – O Amazonas amarga a 20ª posição no IBID, evidenciando os desafios no progresso tecnológico, apesar da existência do Polo Industrial e da ZFM. E quem diria? Com toda essa infraestrutura, ainda enfrentamos a monumental falta de mão de obra especializada, estimada em 175 mil profissionais até 2027, segundo o Observatório Nacional da Indústria. Incentivos fiscais e parcerias com instituições de ensino, embora indispensáveis, parecem ser um segredo bem guardado, já que, em 2023, apenas 72 empresas do Norte utilizaram a Lei do Bem. A cooperação entre indústria, governo e instituições de educação não é só fundamental; é praticamente o grito de socorro para alavancar o potencial inovador do Estado.

Mais de 40 mil alunos já fazem parte dessa transformação.
Vestibular 2025.1
PROVAS ON-LINE OU PRESENCIAL
5
ORGULHO
DE SER
FAMETRO
BOLSAS COM ATÉ 65% DESCONTO!
MENSALIDADES A PARTIR DE R$ 59,90*
INSCREVA-SE:
FAMETRO.EDU.BR
(92) 2101-1000

Manaus, **quinta-feira, 20** de março de 2025
emtempo

Editorial

A gestão de resíduos e saneamento em Manaus

Manaus enfrenta desafios significativos na gestão de resíduos sólidos e no saneamento básico, questões que impactam diretamente a qualidade de vida de seus habitantes e o meio ambiente. A cidade, que é um dos principais polos urbanos da Amazônia, ainda lida com práticas inadequadas de descarte de lixo e com um sistema de saneamento básico que deixa muito a desejar.

Dados recentes mostram que Manaus recolhe diariamente uma quantidade impressionante de resíduos sólidos urbanos, mas a destinação final desses materiais ainda é motivo de preocupação. Apesar da existência de aterros sanitários, o descarte irregular de lixo em igarapés e áreas urbanas é uma realidade alarmante. Essa prática não apenas polui os corpos d'água e o solo, mas também contribui para a proliferação de doenças e a emissão de gases de efeito estufa, como o metano.

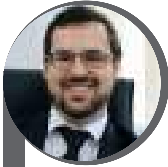
A falta de conscientização da população e a ausência de políticas públicas eficazes para a coleta seletiva e reciclagem agravam o problema. É essencial que o governo local invista em campanhas educativas e na ampliação de ecopontos para facilitar o descarte correto de resíduos.

No que diz respeito ao saneamento básico, a situação é igualmente preocupante. Manaus ocupa uma posição desfavorável no ranking nacional de saneamento, com grande parte da população ainda sem acesso a redes de esgoto adequadas. A concessionária Águas de Manaus, responsável pelo abastecimento de água e tratamento de esgoto na cidade, tem um papel crucial nesse cenário.

Embora a empresa tenha apresentado avanços em projetos como o "Trata Bem Manaus", que visa a universalização do esgotamento sanitário, os resultados ainda estão aquém das necessidades da população. A falta de infraestrutura adequada e a demora na execução de obras são pontos que precisam ser urgentemente abordados.

A solução para esses problemas exige um esforço conjunto entre governo, empresas e sociedade civil. É fundamental que a Águas de Manaus intensifique seus investimentos em infraestrutura e acelere a implementação de projetos de saneamento. Paralelamente, o poder público deve fiscalizar de forma mais rigorosa o descarte irregular de lixo e promover iniciativas que incentivem a reciclagem e a reutilização de materiais.

A população, por sua vez, precisa ser parte ativa desse processo, adotando práticas mais sustentáveis e cobrando das autoridades as melhorias necessárias.



André Naves
é Defensor Público Federal formado em Direito pela USP, especialista em Direitos Humanos e Inclusão Social, mestre em Economia Política pela PUC/SP.

Milagres

Eu já contei pra vocês, mas não custa repetir, que as caminhadas são parte da minha vida. Nelas que eu proseio com D´us, penso, organizo as minhas pendengas da mente... É caminhando que eu me entendo comigo mesmo e com Ele!

Dia desses, lá na esquina da Diana com a Palestra Itália, eu reparei em algo que sempre esteve lá, mas eu nunca tinha enxergado! Sabe quando a gente se acostuma com a paisagem, e em vez de descobrir o extraordinário no ordinário, a gente faz justo o contrário? A gente se acostuma... Vira rotina... A gente diminui tudo de mais extraordinário em algo simplesmente comum... Ordinário!

Pois bem... Eu tava lá: esquina da Diana com a Palestra, esperando o sinalzinho verde para atravessar... Olhei para o lado e pronto! SESC Pompeia em toda sua solidez modernista. Eu fiquei até com vergonha...

É que eu adoro o Sesc. Sempre vou lá. Teatro, exposições, shows... Tem vez que eu vou até lá só para dar uma volta... Fiquei envergonhado mesmo: como que eu sempre via mas nunca enxergava? Aquele edifício da Lina é um marco modernista. Como eu podia ignorar? Que caminhada era essa que fechava meu entendimento?

Justo eu que admirava tanto aqueles traços, tão brutais e humanos? Tão imprevisíveis como a gente? O concreto era a carne! O vermelho, o sangue! O povo, o espírito!

E enquanto no passo a passo de pura reflexão, percebi os milagres da vida que passam escondidos no batidão do corre! A tradição que, de geração em geração, foi sendo construída, não sem obstáculos e dificuldades, até se materializar no gênio de uma imigrante, de uma pessoa extremamente humana como todos nós, cheia de acertos e defeitos!

Ela fugiu pra cá, veio beber da Luz, estava enojada com as trevas miseráveis do Velho Mundo! Veio para cá, contra todos os dramas da vida, e aqui construiu Beleza! A Beleza!

E, para trás, somos frutos de gerações... Não somente um "eu", mas sim um "nós"! Sorrisos, contentamentos e bençãos!

Esse, os Milagres cotidianos!

Cláudio Humberto

Com André Brito e Tiago Vasconcelos





Para não correr o risco de ser mais uma vítima do 'alexandrismo'

Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) sobre o irmão se licenciar da Câmara e ficar nos EUA

Ex-ministro socialista da Espanha é investigado por 'lavar' dinheiro no Brasil

"Operador" de José Luis Abalos, ex-ministro do Desenvolvimento do governo socialista da Espanha, "lavou" mais de 500 mil euros (R$3,1 milhões), no Brasil, furtados de contratos de compra de máscaras durante a pandemia da covid, segundo a Promotoria Anticorrupção da Espanha, órgão especial do Ministério Público. Autoridades espanholas afirmam que para "dificultar o rastreamento" do dinheiro roubado uma boa parte foi depositada em conta aberta em nome da empresa brasileira Suro Capital no banco Itaú BBA. O caso já é investigado no Brasil.

Lavagem socialista
Policiais suspeitam que o dinheiro acabou retornando às mãos do ex-ministro socialista, por meio de pessoas próximas.

Silêncio no Brasil
Há suspeita da participação de brasileiros no esquema, que explodiu há um ano, quando foi preso Koldo Izaguirre, ex-assessor de Ábalos.

Acusações graves
Ábalos já responde a processo no Supremo espanhol por suspeita de corrupção, peculato, tráfico de influência e crime organizado.

Absurdo ao quadrado
O grupo criminoso, diz a promotoria espanhola, também usou empresas em Luxemburgo para lavar dinheiro roubado de verbas para a pandemia.

Janja dá esticada a Paris após passeio no Japão
Janja optou por roteiro internacional próprio, longe do maridão. Ela viaja ao Japão uma semana antes de Lula (PT), para agenda e gastos sob "sigilo", e emenda com intrigante viagem a Paris. "La vie en rose" sempre encanta a politicalha, ainda mais por conta de quem paga impostos. O governo diz que Janja irá "preparar a visita de Lula". É falso: integram os escalões "avançado" e "precursor", sem espaço para improvisações, apenas rigorosos profissionais de logística, comunicações e segurança.

Por nossa conta
O governo não informa custos da viagem e de hotéis de luxo: "Janja não tem cargo público". Mas não explica por que então pagamos o passeio.

Barriga cheia
Em Paris, Janja irá a uma "Cúpula para Nutrição e Crescimento", dias 27 e 28. Mas o governo prefere divulgar que o tema, claro, será desnutrição.

Jogos da fome?
Paris foi escolhida sob a explicação oficial da realização, ali, dos jogos olímpicos, cujo cardápio até virou alvo de críticas dos atletas em 2024.

Exilado político de peso
O Brasil finca raízes no grupo de países de má fama em razão do autoritarismo. O deputado mais votado do Brasil, quase 2 milhões de votos, Eduardo Bolsonaro é o mais novo exilado político brasileiro. Por onde andar, sua denúncia de perseguição será lembrada.

Democracia relativa
O recado que o exílio de Eduardo Bolsonaro passa é de que no Brasil não respeita nem mesmo os princípios básicos da própria Constituição, como direito à livre expressão e inviolabilidade do mandato parlamentar.

La vie en rose
O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é outro que não se aguenta e vai dar um rolê em Paris, a pretexto de fazer palestra, reencontrar a boa mesa etc. Tudo por conta dos impostos que ele aumentou.

Não falou, mas disse
"Ninguém falou em asilo ainda. Mas se for o caso, ele pede e o [presidente dos EUA, Donald] Trump dá imediatamente para ele", disse o ex-presidente Jair Bolsonaro sobre o filho ameaçado pelo Supremo.

Sem chances
Apesar de o procurador-geral Paulo Gonet ser contrário à apreensão do passaporte, quem decide sobre isso é Alexandre de Moraes, que não gosta de Eduardo Bolsonaro e tem proporcionado muitas alegrias ao PT.

Alea jacta est
Os deputados petistas Lindbergh Farias (RJ) e Rogério Correia (MG) são os autores do pedido ao STF para apreender o passaporte do deputado Eduardo Bolsonaro. Se os autores fossem Rede ou Psol...

Vai ficar para abril
O Orçamento público de 2025, que a lei manda aprovar até dezembro do ano anterior, foi novamente adiado na Comissão Mista de Orçamento para sexta-feira (21), dia em que o Congresso geralmente não funciona.

Vai truncar
A lei, aprovada pelo próprio governo Lula (PT), determina que proposta da Lei Orçamentária de 2026, deva ser encaminhada ao Congresso até 15 de abril para dar início à Lei Orçamentária, que é o Orçamento em si.

Pergunta na História
Exílio só é bonito para se proteger de ditadura de direita?

Poder sem Pudor
Proibido para ingênuos
Prefeito de São Paulo no final da gestão, em 1988, Jânio Quadros pensou em Sílvio Santos para sua sucessão, e pediu ao deputado Gastone Righi para promover um almoço. Jânio foi direto ao ponto, perguntando a Sílvio se ele se relacionaria com os vereadores. "Simples", reagiu Sílvio, explicando: "Os vereadores foram eleitos pelo povo e como sou vou mandar projetos de interesse do povo, eles vão aprovar tudo. Vai ser tranquilo." Jânio pigarreou, percebendo tratar-se de um principiante. Após alguns instantes de silêncio, dirigiu-se ao anfitrião: "Gastone, meu bem, seria bom mandar servir o almoço." E não se falou mais no assunto.



Marina chama Plínio Valério de 'psicopata'

Reação foi em relação ao discurso do senador

DIVULGAÇÃO


Senador disse que foi difícil ouvir a ministra por 6h sem enforcá-la

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, chamou o senador Plínio Valério (PSDB-AM) de 'psicopata' após o parlamentar dizer que queria enforcá-la. A fala do político gerou polêmica em um evento de entrega de Medalha ao Mérito Comercial do Amazonas 2025, promovido pela Fecomércio do Estado, na última sexta-feira, 14.

Plínio discursava em defesa da BR-319 e, em dado momento, relembrou a participação da ministra na CPI das ONGs, aprovada em 2023. "A Marina esteve na CPI das ONGs: seis horas e dez minutos. Imagine o que é tolerar a Marina seis horas e dez minutos sem enforcá-la", declarou.

Já na manhã desta quarta-feira, 19, Marina Silva esteve no programa Bom dia, Ministra, da EBC, e rebateu a fala do senador, dizendo que o parlamentar incitou a violência contra a mulher. Ela ponderou ainda que, se por ser conhecida no País e fora dele, sofre com esse tipo de represália, imagina as mulheres que não têm visibilidade.

"A violência de gênero acontece o tempo todo e, só para a gente pensar, se uma mulher que consegue se tornar governadora, prefeita, deputada, senadora e ministra sofre violência política de gênero, quanto mais as mulheres de um modo geral, aquelas que não estão em posição, muitas vezes, de visibilidade", afirmou.

Ela continua: "Eu sofri agora, pela manifestação de um senador, que fez uma afirmação de que era muito difícil para ele ficar conversando comigo durante seis horas sem me enforcar. Eu fico imaginando, alguém que é ministro do meio ambiente, alguém que de certa forma é conhecido dentro e fora do país, tem que ouvir uma coisa dessas de alguém incitando a violência por discordar, porque isso é uma forma de incitar a violência contra uma mulher", declarou.

A ministra também reflete que essa fala do senador jamais ocorreria se quem ocupasse o cargo dela fosse um homem. "É dito porque é com uma mulher, uma mulher preta, uma mulher de origem humilde e uma mulher que tem uma agenda que, em muitos momentos, confronta os interesses de alguns. Quem brinca com a vida dos outros, ou faz ameaças aos outros de brincadeira e rindo, só os psicopatas são capazes de fazer isso", finalizou.

GASTOS

Prefeitura de Barcelos vai gastar R$ 752 mil com papel higiênico

Marcela Estrella

A Prefeitura de Barcelos, no Amazonas, publicou documento para compra de 3,5 mil unidades de papel higiênico ao valor de R$ 215 por unidade, totalizando um custo de R$ 752.500,00. A aquisição, registrada em documento oficial, levanta questionamentos devido ao alto valor por rolo, muito acima do praticado no mercado.

Comparação de preços

Uma pesquisa em plataformas online revela preços significativamente menores para produtos similares. Por exemplo, o papel higiênico institucional Prímula 10x300, um modelo utilizado em empresas e órgãos públicos, apresenta os seguintes valores: Lojas Queiroz: R$ 68,99; Amazon: R$ 84,72 e Mercado Livre: R$ 123,74

Além disso, compras públicas semelhantes apresentam valores significativamente menores. Em novembro de 2024, a Prefeitura de Barreirinha, também no Amazonas, homologou a aquisição de 15 mil fardos de papel higiênico (com 4 rolos cada) por R$ 44,90 o fardo, resultando em R$ 11,25 por rolo. Mesmo sendo considerado um valor elevado na época, o custo ainda representa um valor menor que o preço pago por Barcelos.

Transparência

A aquisição foi realizada pela empresa Casa Manauara Comércio de Equipamentos e Suprimentos de Informática Ltda, CNPJ: 28.556.865/0001-58, conforme consta na documentação oficial.

A atividade principal da empresa é Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, mas também faz atividades de comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar e cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal.

Até o fechamento desta matéria, a Prefeitura de Barcelos não havia se pronunciado sobre os critérios adotados na compra e o motivo do valor unitário elevado. O espaço segue aberto para manifestações.

Investigação

No início do mês o Ministério Público do Amazonas (MPAM) informou que vai instaurar uma Notícia de Fato para investigar a suspeita de irregularidades em gastos da Prefeitura de Barcelos, distante 401 quilômetros de Manaus, com o 29º Festival do Peixe Ornamental (Fespob).

A prefeitura promoveu o evento em janeiro, no entanto, não divulgou os custos com o festival no portal da Transparência da Associação Amazonense de Municípios (AAM).

Nas redes sociais, a prefeitura disse que o "Acará-Disco e Cardial, as praias mais belas do Amazonas e cenários paradisíacos, esperam para o evento de 30 de janeiro a 2 de fevereiro".

Entre as atrações que se apresentaram no evento estão: Marília Tavares, João Gomes e Pixote.

Em resposta à reportagem, a Promotoria de Justiça informou que vai instaurar um procedimento para averiguação preliminar das informações.

DIVULGAÇÃO


Radinho não se pronunciou sobre os critérios adotados na compra

Manaus, quinta-feira, 20 de março de 2025
emtempo

MP recomenda regularização de medicamentos em Itacoatiara

Medida estabelece prazo de 15 dias para a disponibilização dos fármacos em falta

DIVULGAÇÃO



Recomendação foi expedida após visita institucional realizada in loco

O Ministério Público do Amazonas (MPAM), por meio da 3ª Promotoria de Justiça de Itacoatiara, expediu recomendação ao prefeito do município e à Secretaria Municipal de Saúde para que providenciem a regularização do fornecimento de medicamentos ao Centro de Atenção Psicossocial (Caps) II São Lucas. O documento estabelece o prazo de 15 dias para a disponibilização dos fármacos em falta, sob pena de adoção de medidas legais cabíveis.

A recomendação foi expedida após visita institucional realizada pelo promotor de Justiça Vinícius Ribeiro de Souza, no dia 5 de fevereiro, na qual foi constatada a ausência de diversos medicamentos constantes na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename). A lista de medicamentos em falta inclui Biperideno 2 mg, Ácido Valproico, Carbonato de Lítio 300 mg, Fenitoína 100 mg, Risperidona 1 mg e 2 mg, Clorpromazina 25 mg, entre outros.

"Ao realizar a visita institucional, constatei que diversos medicamentos que deveriam estar disponíveis aos usuários do Caps estavam em falta. Para que o público atendido, que não possui condições de arcar com esses custos, tenha acesso aos fármacos indispensáveis ao tratamento, o Ministério Público está atuando extrajudicialmente para solucionar a demanda", destacou o promotor de Justiça.

Apesar do ofício enviado à Secretaria Municipal de Saúde, ainda não foram apresentadas justificativas para a falta dos medicamentos nem informações sobre as providências adotadas para regularizar o abastecimento.

O documento expedido pelo MPAM tem como base o direito constitucional à saúde e a legislação que regulamenta o fornecimento de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O não cumprimento da recomendação pode resultar na adoção de medidas administrativas e judiciais para responsabilizar os gestores municipais e assegurar o fornecimento dos fármacos.

Fonte Boa

Na terça-feira, 18, o Ministério Público do Estado do Amazonas, por meio da Promotoria de Justiça de Fonte Boa, reuniu-se com representantes da comissão dos aprovados e classificados no concurso público municipal, realizado em 2022, para o provimento de vagas nas áreas da saúde e guarda municipal. No encontro, o promotor de Justiça Aramis Pereira Júnior esclareceu o andamento da ação civil pública (ACP) ajuizada pelo MP que trata do tema.

O objetivo da reunião é de garantir a transparência dos atos administrativos e buscar esclarecimentos sobre a contratação de servidores temporários.

A ação indica que o prefeito de Fonte Boa, Lázaro de Araújo de Almeida, mais conhecido como Dr. Lázaro (Republicanos), e o vice-prefeito e secretário de Obras, José Suediney de Souza Araújo, suspenderam ilegalmente a nomeação de concursados aprovados nos editais nº 01/2022, 02/2022 e 03/2022. Ao mesmo tempo, autorizaram processos seletivos simplificados para contratação temporária para os mesmos cargos, nos editais nº 005/2025 e 009/2025.

A reunião foi pautada por uma fala do prefeito, na qual afirma publicamente, em sessão legislativa da Câmara de Vereadores e na presença da comissão de aprovados, que tem preferência pela contratação de servidores temporários em comparação à nomeação dos concursados. O chefe do Executivo Municipal prosseguiu justificando que a exoneração de temporários seria mais célere e menos onerosa, em caso de um eventual impacto orçamentário.

Na ocasião, o promotor de Justiça Aramis Pereira Júnior, autor da ACP, informou aos representantes da comissão que a ação segue em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), sendo necessário aguardar a decisão em segundo grau do Poder Judiciário sobre o pedido, que contesta os argumentos da Prefeitura de Fonte Boa em postergar a nomeação dos aprovados. O MP também considera que os novos fatos apresentados podem configurar uma tentativa de burlar a exigência do concurso público para ocupação de cargos administrativos.

"Nesta reunião, o Ministério Público reforçou seu compromisso com a defesa da moralidade administrativa, da impessoalidade e do direito dos candidatos aprovados, atuando para garantir que a prefeitura cumpra suas obrigações legais e respeite a exigência constitucional do concurso público como meio de acesso a cargos efetivos", afirmou o promotor de Justiça.



Carlos Santiago

*Sociólogo, Cientista Político e Advogado.

Amor de mãe

Na escuridão escuto ruídos, cânticos entoados por sentimentos alegres e ternos. Um forte cheiro que me traz euforia, vento no corpo, barulhos repetidos, balanços contínuos, muitas vozes... uma sensação jamais vivida.

De repente, a luz! Vejo imagens, vejo bocas, encontro rostos, roupas coloridas, muitas mulheres, muita maternidade, nada de paternidade e muitas crianças diferentes de mim. Uma boca encosta os seus lábios carinhosos e deixa o meu corpo ainda mais aquecido. A dona da boca tem um sorriso cativante, cabelos ralos e negros, pele branca, braços fortes, é uma mulher com altura que não se dobra para embalar redes.

As palavras dela eram sempre dirigidas ao menino com um tom amoroso, com saudações do dia, com músicas que ajudavam na alimentação da alma e do corpo. Também havia a repreenda ao pequeno pela maneira que se comportava no fundo da velha rede, na hora de receber a comida, no momento da refeição. Era uma mistura de sentimentos divinos de mãe e de sobrevivência do filho.

A casa era de madeira e com grandes janelas. A palha a cobria toda, deixando o sol entrar pelas suas pequenas imperfeições, o que a tornava ainda mais agradável. As brechas nas paredes de madeira não escondia qualquer segredo da vizinhança, mas isso pouco importava, pois quando a noite chegava e o fogo das lamparinas tornava-se o centro das atenções das crianças, tudo era alegria.

Na rede, de frente pra janela, o menino se deparava com um quintal de enormes árvores e muitos frutos que serviam como alimentos, em dias difíceis. A luta pela comida era uma missão de vida. As árvores abrigavam pássaros que todos os dias externavam suas alegrias com sons agradáveis; as cigarras anunciavam a sua morte e a chegada de um novo tempo, uma nova estação, tarefa das jovens cigarras, o som delas dava continuidade ao som da vida.

Para além do terreno, havia casebres, moradias insalubres e ruas esburacadas que escorria água com mau cheiro e muito mato. Lá, o andar era substituído pelo pular. Todos faziam esse mesmo movimento como se fosse uma brincadeira de criança. A área era de uma antiga lixeira da cidade de Manaus. A pobreza humana residia naquele lugar, onde o homem se misturava com o lixo. Era o local das aves famintas, das mães amadas e das abandonadas, um espaço de alegria e de tristeza. Lá o homem pobre ia se adaptando ao ambiente, num pedaço de mundo que não impedia a sua plena reprodução.

Era o ano de 1970, e o menino com quatro anos, ainda não entendia o significado daquela realidade, os conflitos humanos e os mistérios da vida. Num mundo onde tantos lutam para saciar as necessidades básicas, outros buscam mais poder e riqueza, por meio de guerras e ódios.

Hoje, adulto, sou fascinado ainda mais pelo eterno amor das mães pelos filhos, mesmo em situações adversas, elas resistem. Um carinho de mãe é o melhor remédio para suportar as tristezas do mundo. Por isso, minha mãe, nunca se esqueça nenhum segundo da minha gratidão e de "como é grande o meu amor por você".

TCE

Prefeito de Tefé é multado por contratações irregulares

DIVULGAÇÃO



Prefeito Nicson Marreira tem prazo de 30 dias para efetuar o pagamento

O prefeito de Tefé, Nicson Marreira (União Brasil), foi multado em R$ 15 mil por suspeita de contratações irregulares. A penalidade foi aplicada durante sessão plenária realizada ontem, 19, pelo Tribunal de Contas do Amazonas (TCE-AM).

O tribunal julgou procedente uma representação contra a Prefeitura de Tefé devido à contratação excessiva de servidores temporários sem a realização de concurso público. O prefeito Nicson Marreira de Lima foi responsabilizado pela prática, considerada ilegal por contrariar o artigo 37 da Constituição Federal.

A denúncia, apresentada por meio da Ouvidoria do Tribunal, resultou em uma investigação que constatou que a prefeitura mantinha servidores temporários de forma recorrente, sem justificativa plausível para a não realização de um concurso público.

Como penalidade, Nicson Marreira foi multado em R$ 15 mil, com prazo de 30 dias para pagamento. O relator do processo, conselheiro Érico Desterro, determinou que o gestor apresente um cronograma para realização do certame e suspenda qualquer prorrogação das contratações irregulares.

Reprovada

O Tribunal de Contas do Amazonas também reprovou a prestação de contas anual da Câmara Municipal de Tapauá referente ao exercício de 2022, sob responsabilidade do então presidente Francisco Josimar da Silva Teixeira, que terá que devolver aos cofres públicos R$ 15 mil em multas.

A decisão foi tomada pelo Tribunal Pleno, durante a 6ª Sessão Ordinária, realizada na manhã desta quarta-feira (19), após análise de uma série de irregularidades que comprometeram a transparência e a legalidade da gestão financeira do órgão.

Entre os principais problemas apontados pelo conselheiro-relator Mario de Mello, destacam-se a prorrogação indevida de contratos, falhas na alimentação do sistema e-Contas, ausência de documentos que comprovem despesas com diárias e insuficiência de caixa para cobrir obrigações financeiras.

Francisco Josimar da Silva Teixeira tem 30 dias para pagar a multa.

emtempo redacao@emtempo.com.br | Henderson Martins

Manaus tem mais de um milhão de inadimplentes

Dívida média em Manaus chega a R$ 5.499,80

DIVULGAÇÃO



Estado de Amazonas tem 1,5 milhão de negativados

O mais recente Mapa da Inadimplência da Serasa revela que a população de Manaus carrega o peso de um dos indicadores econômicos mais indesejados do país: o valor médio das dívidas dos consumidores da capital amazonense chega a R$ 5.499,80, o equivalente a quase 4 salários-mínimos.

Manaus tem mais de 1 milhão de CPFs negativados e o comprometimento do orçamento da sua população é 11% maior do que o valor médio da dívida do estado de Amazonas (R$ 4.952,55) e 2% a menos do que a média nacional, que é de R$ 5.617.

A dificuldade em organizar o orçamento nos dois primeiros meses do ano e a falta de diálogo sobre finanças dentro de casa são motivos que levam os consumidores a contrair dívidas e em valores tão altos.

"Os meses de janeiro e fevereiro trazem gastos fixos que pesam de forma extra no orçamento, como IPVA, IPTU, matrícula escolar e outras despesas", explica Roberta Veras Antonio, educadora financeira e influenciadora da Serasa Influencer Community — comunidade de criadores de conteúdo de finanças.

Para Roberta, a educação financeira é fundamental para promover o consumo consciente.

"Não se trata de deixar de consumir, mas de planejar e priorizar os sonhos com organização. Além disso, incluir no currículo escolar temas como orçamento, juros e investimentos ajudaria a formar adultos mais conscientes financeiramente", destaca.

Para ajudar consumidores a tirar a organização financeira do papel, a especialista frisou sete dicas aos consumidores da cidade. Entre elas, que sejam anotadas todas as suas dívidas. "Relacione valores (total e valor das parcelas); taxas de juros; bancos e empresas credoras; data de vencimento das parcelas; prazo total de quitação da dívida", disse.

A educadora financeira explicou, ainda, que é essencial que se organizem as despesas, tais como: aluguel (ou financiamento imobiliário), energia, condomínio, gás, água, alimentação, itens de higiene, transporte e medicamentos.

Roberta Veras Antônio disse que é importante manter a qualidade de vida, com plano de internet, plano de saúde e academia. Também é preciso dispensar custos supérfluos, tais como: despesas relacionadas ao lazer e desejos.

AMAZONAS

Varejo registra crescimento de 1,1% em fevereiro

A 26ª edição do Índice do Varejo Stone (IVS) apontou alta de 1,1% nas vendas do Amazonas em fevereiro, na comparação anual. O estudo, que acompanha mensalmente as movimentações do setor varejista, é uma iniciativa da Stone, principal parceira do empreendedor brasileiro.

No recorte regional, apenas mais três estados apresentaram crescimento no comparativo anual: Pernambuco, com alta de 1,8%, Roraima (1,6%) e Goiás (0,1%). Já o estado do Espírito Santo permaneceu estável, com variação de 0,0%.

Já entre os estados com resultados negativos, Mato Grosso do Sul apresentou a maior queda, com retração de 8,4%, seguido por Santa Catarina (6,6%), Mato Grosso (6,4%), Rondônia (5,9%), Paraná (5,7%), Rio Grande do Sul (5,6%), Acre (4,9%), Bahia (3,4%), Tocantins (3,1%), São Paulo (2,8%), Pará (2,6%), Maranhão (2,5%), Ceará, Piauí e Sergipe (1,9%), Rio de Janeiro e Paraíba (1,7%), Amapá (1,6%), Rio Grande do Norte (1,5%), Minas Gerais (1,1%) e Alagoas (0,8%). O Distrito Federal, por sua vez, apresentou queda de 3,3%.

Destaques segmentos

Na análise mensal, apenas dois dos oito segmentos analisados registraram alta em fevereiro: Material de Construção (0,7%), Móveis e Eletrodomésticos (0,2%). Outros cinco segmentos apresentaram queda: Livros, Jornais, Revistas e Papelaria (5,9%), Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo (2,6%), Combustíveis e Lubrificantes (1,9%), Artigos Farmacêuticos (1,5%) e Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico (0,7%). Já o setor de Tecidos, Vestuário e Calçados, apresentou estabilidade, com variação de 0,0%.

Comparativo

No comparativo anual, o segmento de Combustíveis e Lubrificantes teve o melhor desempenho, com alta de 4,1%, seguido por Material de Construção, que cresceu 2,5%. Os demais setores registraram queda: Livros, Jornais, Revistas e Papelaria (7,7%), Móveis e Eletrodomésticos (6,4%), Hipermercados, Supermercados, Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo (3,9%), Outros Artigos de Uso Pessoal e Doméstico (2,8%), Artigos Farmacêuticos (2,6%) e Tecidos, Vestuário e Calçados (0,6%).

O Índice do Varejo Stone acompanha mensalmente a movimentação do varejo no país com o objetivo de mapear os dados de pequenos, médios e grandes varejistas e divulgar um retrato do setor nacional, que pode orientar estratégias empresariais e decisões de investimento, fornecendo insights valiosos sobre o ambiente econômico. O estudo tem como base a metodologia proposta pelo time de Consumer Finance do Federal Reserve Board (FED), que idealizou um modelo de indicador econômico similar nos Estados Unidos. São consideradas as operações via cartões, voucher e Pix dentro do grupo StoneCo.

REPRODUÇÃO



Apenas mais três estados apresentaram crescimento

Centro vai ter moradia social revitalizada com Retrofit

Prédio da "Receita Federal" de Manaus será transformado em condomínio residencial

DIVULGAÇÃO



Caixa assina contrato de Retrofit para moradia social no antigo prédio da Receita Federal

A Caixa vai financiar a requalificação do prédio da antiga sede da Receita Federal de Manaus (AM) para transformação em moradia social. Localizado na Rua Marechal Deodoro, no centro da capital amazonense, o edifício abrigará 75 novas unidades habitacionais após a reforma.

O contrato assinado entre o banco e a construtora habilitada no chamamento público do governo do estado do Amazonas, prevê o investimento de quase R$ 17,8 milhões, oriundos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

Por meio do Minha Casa, Minha Vida FAR, o edifício de dezessete andares será inteiramente renovado e destinado a famílias que atendem aos critérios do programa, com renda familiar de até R$ 2.850. O residencial será composto por 75 apartamentos entre 53m² a 75m² cada um, com sala, cozinha, banheiro, dois a três dormitórios e área de serviço.

A superintendente de Rede da Caixa em Manaus, Jorinei de Freitas, destacou o compromisso do banco com a habitação digna.

"O projeto Retrofit vai além da revitalização de um imóvel, pois valoriza a história e fortalece os laços das comunidades, respeitando a identidade e a memória dos lugares onde vivem. É por meio de ações como essa que reafirmamos nosso comprometimento na promoção das políticas habitacionais", afirmou.

A modalidade Retrofit prevê a recuperação de prédios privados e públicos, antigos e inutilizados, com o objetivo de atualizar os espaços seguindo a legislação vigente e transformá-los em moradia. O uso da técnica é parte da estratégia do Governo Federal para amenizar o déficit habitacional no país, agilizando as entregas, visto que há o aproveitamento da infraestrutura já existente. A promoção da sustentabilidade é outro aspecto positivo do Retrofit, pois reduz a necessidade de novos recursos naturais e o descarte de materiais.

Minha Casa, Minha Vida

Foi publicada em 14 de fevereiro de 2023, a Medida Provisória nº 1.162 (MP nº 1.162/23), que previa a retomada do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

Com a publicação da Lei nº 14.620 de 13 de julho de 2023, o Programa Minha Casa, Minha Vida evoluiu nos aspectos de qualidade dos empreendimentos, tais como melhor localização, garantindo proximidade ao comércio, equipamentos públicos e melhor acesso ao transporte público, além da ampliação da área útil das moradias, com previsão de varanda.

Isenção de prestação

Uma inovação do programa é que alguns beneficiários estão isentos de prestação, ou seja, o imóvel é 100% custeado pelo MCMV. Tal benefício é voltado para famílias da Faixa 1, de imóveis subsidiados com recursos do FAR, FDS ou MCMV Rural que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), ou que sejam participantes do Bolsa Família.

O PMCMV tem como objetivo promover o direito à moradia a famílias residentes em áreas urbanas e rurais, sobretudo as de baixa e média renda, associado a um desenvolvimento urbano e econômico mais equilibrado e inclusivo.

31 DE MARÇO

Leilão do TRT oferta imóveis e veículos

O primeiro leilão da Justiça do Trabalho da 11ª Região (AM/RR) de 2025 será realizado em 31 de março, às 9h30 (Manaus), com apartamento, lote de terras, chácara, fábrica de bebidas, além de carros, roupas, entre outros bens. Os imóveis leiloados estão localizados no Amazonas, nos municípios de Itacoatiara, Autazes, Novo Airão e Manaus. Ele ocorrerá exclusivamente em formato virtual por meio do site Amazonas Leilão, no link: https://www.amazonasleiloes.com.br/. Os valores arrecadados serão utilizados para o pagamento de dívidas trabalhistas.

Bens imóveis

Entre os destaques dos bens imóveis está um apartamento padrão, avaliado em R$ 700 mil, situado no bairro São Francisco, zona sul de Manaus, com três quartos, incluindo uma suíte, varanda e duas vagas na garagem, dentro do condomínio Residencial Central Park. Esse condomínio possui piscina, quadra de vôlei, salão de festas e jogos.

Uma chácara de 10,9 mil metros quadrados, situada no bairro Tarumã-Açu, também está entre os imóveis que vão a leilão. Ela foi avaliada em R$ 1 milhão. Além de um flutuante ao lado do Terminal Hidroviário de Barreirinha, utilizado para serviços de manutenção de embarcações, avaliado em R$ 40 mil.

Outro destaque é uma fábrica de bebidas, no valor de R$ 737 mil, localizada no bairro Santa Etelvina, zona norte de Manaus. Dois lotes de terras também serão leiloados, sendo um no valor de R$ 27 milhões, com 4.500.000 metros quadrados; e outro lote, denominado Dois Irmãos, avaliado em R$ 42 milhões, medindo 2.500.000 metros quadrados. Esses terrenos estão localizados no município de Autazes, a 108 quilômetros da capital amazonense.

DIVULGAÇÃO



TRT da 14ª Região vai realizar leilão para pagar dívidas trabalhistas

DOENÇA

Fundação de Vigilância em Saúde confirma 17 casos Mpox

A Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas – Dra. Rosemary Costa Pinto (FVS-RCP), da Secretaria de Estado de Saúde (SES-AM), divulga, nesta quarta-feira (19), o novo relatório epidemiológico semanal do Mpox no Estado.

Esta edição do relatório, que compreende o período de 1º de janeiro a 19 de março de 2025, apresenta 40 notificações, 17 casos confirmados, 19 descartados e 4 casos suspeitos. Não há registro de óbito por doença. Informações são atualizadas semanalmente e estão disponíveis no site da FVS-RCP (www.fvs.am.gov.br).

DIVULGAÇÃO



Fundação de Vigilância em Saúde divulga cenário atualizado de mpox no Amazonas

Rede de assistência à saúde

A Secretaria de Estado de Saúde (SES-AM) reforça que pessoas que apresentem sintomas suspeitos, como febre, lesões na pele ou cansaço extremo, devem procurar atendimento médico imediatamente na Unidade Básica de Saúde (UBS) mais próximo do domicílio e seguir as orientações de isolamento, para prevenir a propagação do vírus.

Quando necessário, os casos suspeitos são encaminhados às Unidades de Referência para realização de coleta de amostras. Gestantes, crianças e pacientes com lesões graves serão encaminhados à Fundação de Medicina Tropical – Dr. Heitor Vieira Dourado (FMT-HVD), em Manaus.

Medidas de prevenção

A prevenção da Mpox envolve cuidados com o contato próximo e ações preventivas específicas. Siga as seguintes orientações para reduzir o risco de infecção:

Evitar contato direto com lesões de pele, erupções cutâneas, crostas ou fluidos corporais de pessoas infectadas; lavar as mãos frequentemente com água e sabão ou usar álcool em gel, especialmente após tocar em superfícies públicas ou estar em locais públicos; praticar sexo seguro, utilizando preservativo, e estar atento a sinais suspeitos no mesmo ou no(a) parceiro(a); manter a etiqueta respiratória, cobrindo a boca e o nariz ao jogar ou espirrar, para evitar a propagação de partículas virais; usar máscaras de proteção respiratória em ambientes com alta probabilidade de transmissão, como locais fechados e mal ventilados; manter a higiene pessoal de forma rigorosa, garantindo a limpeza adequada do corpo e objetos de uso pessoal.

Curta estreia em teatro do Centro

'A Fala Que Move' reflete sobre a finitude e o sentido da vida

DIVULGAÇÃO/CONCULTURA



João Vitor Machado dirige um filme pela primeira vez e compartilha a emoção e o aprendizado de sua estreia no audiovisual

Em Tempo

O curta-metragem "A Fala Que Move" estreia nesta quinta-feira (20), às 18h30, no Teatro Gebes Medeiros, no Centro de Manaus. Com entrada gratuita, a obra propõe uma reflexão sensível sobre a finitude e o significado da existência.

Com direção de João Vitor Machado, o filme nos apresenta Renato, um homem que, diante de um diagnóstico que altera sua perspectiva de vida, se encontra frente a frente com sua própria vulnerabilidade. Com uma abordagem intimista e diálogos potentes, o curta provoca reflexões sobre a importância de falar, sentir e se permitir transformar. Renato não é apenas uma história sobre o fim, mas sobre o que nasce a partir dele.

Estreia na edição

Pela primeira vez dirigindo um filme, João Vitor Machado compartilha a emoção e o aprendizado de sua estreia no audiovisual.

"Foi uma experiência única, enriquecedora e divisora de águas. Dividir o processo com uma equipe apaixonada pelo que faz, tornou ainda mais significativo o processo ", comentou o resposável pela direção de 'A Fala Que Move'.

Com classificação indicativa de 16 anos, "A Fala Que Move" é mais do que um retrato da mortalidade. O filme reflete sobre o valor do tempo, a culpa, o medo e a possibilidade de transformação por meio do acolhimento e do afeto.

A obra é contemplada pela Lei Paulo Gustavo (LPG), da Prefeitura de Manaus, por meio do Conselho Municipal de Cultura (Concultura).

O presidente do Concultura, Tony Medeiros, destacou a importância dos editais de cultura para o fortalecimento do audiovisual local e o incentivo a novos talentos.

"Este é um exemplo claro de como os editais de cultura, intermediados pela Prefeitura de Manaus, por meio do Concultura, têm oferecido oportunidades para que novos artistas se destaquem e compartilhem suas histórias. A estreia de João Vitor Machado como diretor é mais uma prova de que, com o incentivo público, o cinema amazonense está se fortalecendo e ganhando visibilidade. Estamos comprometidos em continuar apoiando projetos como este", afirmou Medeiros.

FESTIVAL DE PARINTINS

Boi Caprichoso começa construção de alegorias

ARLEISON CRUZ



Artistas recebem projetos e iniciam preparação para o Festival de Parintins

Da redação

O Boi Caprichoso deu mais um passo na preparação para o Festival de Parintins 2025. Nesta quarta-feira (19), os artistas responsáveis pela construção das alegorias receberam os projetos que irão compor o espetáculo na arena do Bumbódromo. A entrega foi realizada pelo presidente do bumbá, Rossy Amoedo, e pelo Conselho de Arte.

Construção das alegorias começa

Com o tema "É Tempo de Retomada", o bumbá reúne um time de artistas premiados em grandes carnavais do Brasil. O presidente do Conselho de Arte, Ericky Nakanome, destacou a importância do momento e reforçou o compromisso da equipe na busca por mais um título.

"Entregamos esses projetos com muita segurança nesse time fantástico. Hoje marcamos 100 dias para o festival e iniciamos a construção das alegorias, afinando cada detalhe para um espetáculo campeão", afirmou.

Entre os artistas encarregados da missão está Kennedy Prata, ex-aluno da Escola de Arte do Caprichoso e campeão do Carnaval do Rio de Janeiro 2025 pela Beija-Flor de Nilópolis. Ele celebrou o retorno ao festival e a chance de contribuir para mais uma conquista do bumbá.

"É uma felicidade enorme voltar a Parintins depois da vitória no Rio. Estamos confiantes em conquistar o quarto título para o Caprichoso", declarou.

O presidente do bumbá, Rossy Amoedo, destacou a qualidade dos artistas e a expectativa para a apresentação no Bumbódromo.

"Temos os melhores artistas e eles irão criar momentos mágicos nas alegorias. A certeza é de que o Caprichoso entregará mais um grande espetáculo", disse.

DIA DO ARTESÃO

Artesanato indígena celebrado como resistência

Da redação

No Dia do Artesão, celebrado em 19 de março, o artesanato indígena se destaca como uma poderosa expressão cultural e um ato de resistência. Para Ana Mura, artesã de 67 anos, natural de Borba (AM) e pertencente à etnia Mura do Rio Gapoaçu, essa tradição vai além da arte: é um elo entre gerações e um meio de preservar a identidade de seu povo.

Desde a infância, Ana aprendeu a trançar fibras naturais observando sua mãe. Hoje, além de manter essa prática dentro da família, transmite seus conhecimentos a outras artesãs por meio de rodas organizadas pela Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas (Fepiam) e feiras culturais.

"Ensinar o artesanato é minha forma de resistir, de não deixar nossa cultura morrer. Aprendi observando minha mãe, e agora faço o mesmo com meus filhos e netos", conta Ana.

Arte que sustenta e transforma vidas
Além do valor cultural, o artesanato indígena também tem um impacto econômico e social significativo. Para Ana, foi mais do que um ofício: tornou-se um suporte em momentos difíceis. "Quando fiquei doente, o artesanato me ajudou como terapia, foi minha força. E também foi a renda que sustentou minha família por muitos anos", relata.

A história dela reflete a realidade de muitas mulheres indígenas, que veem na arte um meio de subsistência e de conexão com suas origens. A Fepiam destaca que fortalecer políticas de valorização e proteção do artesanato indígena é essencial para garantir que essa tradição continue viva.

No Dia do Artesão, celebrar essa arte é também reconhecer sua importância como resistência cultural e ferramenta de transformação.

Curso de qualificação

A Fepiam e a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) iniciaram neste mês de março os cursos de qualificação voltados para a população indígena da Região Metropolitana de Manaus.

Os cursos tiveram abertura oficial durante o Ato Solene do Programa Onda Verde: Formação Continuada, Interculturalidade e Protagonismo da Mulher Amazônida – COP 30/2025, realizado no Centro de Ensino de Tempo Integral (CETI) Garcitylzo Lago e Silva, no bairro Tarumã, Zona Oeste de Manaus.

Os cursos foram estruturados para atender às demandas das comunidades indígenas, abrangendo práticas sustentáveis e ampliando o conhecimento adquirido para impulsionar iniciativas próprias e contribuir para o fortalecimento de suas culturas.

DIVULGAÇÃO



Tradição dos povos originários se mantém viva por meio da arte

Seleção prepara surpresa contra colombianos

Treinador Dorival Júnior testou atacante João Pedro entre os titulares para o duelo

Da redação

O Brasil recebe a Colômbia nesta quinta-feira (20) pela 13ª rodada das Eliminatórias Sul-Americanas da Copa do Mundo de 2026. O confronto está marcado para às 20h45 (horário de Manaus), no Estádio Mané Garrincha, em Brasília (DF), e terá transmissão da TV Globo (canal aberto) e do Sportv (canal fechado).

A Seleção Brasileira ocupa a quinta posição na tabela com 18 pontos, apenas um ponto atrás dos colombianos. Nos últimos cinco confrontos, o Brasil conquistou duas vitórias, dois empates e uma derrota.

Dorival Júnior não vai poder contar com Neymar, Danilo e Ederson, que foram cortados da convocação e substituídos por Endrick, Alex Sandro e Lucas Perri, respectivamente. A surpresa deve ficar por conta do atacante João Pedro, do Brighton-ING, que foi testado no time titular na posição de centroavante.

RAFAEL RIBEIRO/CBF



Joelinton, do Newcastle-ING, e João Pedro, do Brighton-ING, em treino da Seleção Brasileira

A provável escalação de Dorival Júnior tem: Alisson; Vanderson, Marquinhos, Gabriel Magalhães, Guilherme Arana; Gerson, Bruno Guimarães, Raphinha; Vini Jr., Rodrygo e João Pedro.

Bom momento

O jogador formado no Fluminense soma oito gols e sete assistências em 25 jogos pelo clube inglês na temporada e deve formar o setor ofensivo ao lado de Raphinha, Rodrygo e Vini Jr. A boa fase de João Pedro começou na última temporada, quando o atacante anotou 20 tentos e três passes para gol em 40 partidas.

"Na temporada passada, eu jogava mais como camisa 9. Nesta temporada, eu jogo também como um camisa 10 e acho que isso facilita bastante no número de assistências. No final das contas, tenho que ajudar meu time, que é o mais importante", avaliou, em entrevista à CBF TV.

Em sua terceira convocação com a Seleção Brasileira, João Pedro destacou a oportunidade de disputar os jogos de pelas Eliminatórias para a Copa do Mundo de 2026 e mostrou otimismo para o primeiro confronto.

"Todos os jogadores querem estar na Seleção num momento como esse. Minha primeira convocação foi contra eles (Colômbia e Argentina). Desta vez é a minha terceira, então venho mais preparado. Tenho também muitos confrontos contra jogadores das seleções rivais. Acho que quinta-feira tem tudo para dar certo", reforçou João Pedro.

"É um jogo importante, dentro da nossa casa, contra uma grande seleção. Acho que a gente tem que focar essa semana, fazer um grande trabalho, para apresentar um bom futebol e poder vencer a partida", completou o atacante formado no Fluminense.

Adversário

A Colômbia, por sua vez, está em quarto lugar e venceu apenas dois dos últimos cinco confrontos. O técnico Néstor Lorenzo não poderá contar com Jhon Durán, que cumpre suspensão. O atacante do Fluminense, Jhon Arias, pode entrar como titular, mas está pendurado.

A Colômbia, segundo apuraram os jornalistas do programa VBar Caracol, deve ir a campo com Camilo Vargas; Daniel Muñoz, Davinson Sánchez, Jhon Lucumí e Cristian Borja; Richard Ríos, Jefferson Lerma e Jhon Arias; James Rodríguez, Luis Díaz e Rafael Santos Borré.

ELEIÇÃO

Rozenha pode ser vice de Ednaldo na CBF

Da redação

O presidente da Federação Amazonense de Futebol (FAF), Ednailson Rozenha, pode fazer história ao se tornar o primeiro representante do Amazonas a ocupar uma vice-presidência da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). A definição ocorre no próximo dia 24 de março, caso Ednaldo Rodrigues seja reeleito presidente da entidade.

Rozenha, que também é deputado estadual, ganhou espaço no cenário nacional ao consolidar sua gestão na FAF. Em pouco mais de dois anos à frente da federação, buscou fortalecer o futebol local e estreitou relações com dirigentes de outros estados. Seu nome aparece como um dos cotados para compor a diretoria da CBF, caso a atual administração permaneça no comando da entidade.

A presença de um representante do Amazonas na cúpula da CBF aumentaria a visibilidade do futebol nortista e ampliaria a participação da região em decisões estratégicas do esporte no país. Com o apoio da maioria das federações e clubes votantes, Ednaldo Rodrigues é favorito à reeleição, o que pode consolidar a indicação de Rozenha para a vice-presidência.

O edital de convocação da Assembleia foi publicado neste domingo na edição impressa do jornal "O Globo". O texto cita que quem quiser concorrer tem prazo até cinco dias antes do pleito — portanto, até ontem (19) — para inscrever uma chapa.

Para um candidato viabilizar uma chapa, é preciso do apoio formal de quatro federações estaduais e quatro clubes. Ednaldo Rodrigues ainda não inscreveu sua chapa, mas ele já tem o compromisso assumido por 23 federações estaduais.

Ronaldo fora

Havia a expectativa de que o pentacampeão Ronaldo Fenômeno concorresse como candidato de oposição. O ex-jogador lançou oficialmente a candidatura em dezembro do ano passado, mas desistiu de concorrer há quatro dias, em 12 de março.

Um dos motivos foi justamente a falta de receptividade dos presidentes das federações, que recusaram encontros com Ronaldo como forma de manifestar apoio a Ednaldo Rodrigues. "Se a maioria com o poder de decisão entende que o futebol brasileiro está em boas mãos, pouco importa a minha opinião", justificou Ronaldo, ao desistir de concorrer.

DIVULGAÇÃO



Ednailson Rozenha está cotado para integrar a cúpula do futebol nacional

Candidatura única

Eleição com candidato único não será novidade na CBF. A última vez que a entidade teve disputa pela presidência foi em 1989, quando Ricardo Teixeira venceu o então vice-presidente da entidade, Nabi Abi Chedid. Desde então, todos os pleitos foram realizados com o presidente sendo reconduzido, ou então com a escolha do indicado por ele.

Apesar de a eleição estar marcada para o próximo dia 24, o atual mandato de Ednaldo Rodrigues irá se encerrar apenas em março de 2026. O estatuto da CBF permite que a eleição aconteça a qualquer momento a partir do último ano de mandato. Cabe ao próprio presidente definir a data da Assembleia Geral Eleitoral.

INTERIOR

Início do Pelci em São Gabriel da Cachoeira

Da redação

As atividades do Programa Esporte e Lazer na Capital e Interior (Pelci) começaram no município de São Gabriel da Cachoeira (distante 852 quilômetros de Manaus), na terça-feira (18), para mais de 800 crianças e jovens. O evento de abertura aconteceu no Ginásio Arnaldo Coimbra e contou com a presença de atletas, moradores e autoridades locais.

Em São Gabriel da Cachoeira, são atendidas crianças e jovens com idade de 7 a 17 anos, nas modalidades de futsal, voleibol, handebol e jiu-jitsu. O Pelci tem como objetivo fomentar o esporte de base e promover a inclusão social, alcançando mais de 15 mil atletas em três anos de existência.

"O Governo do Amazonas inicia as atividades do Pelci aqui em São Gabriel da Cachoeira, com mais de 500 atletas na sede do município e outros 300 no Distrito de Iauareté. Isso é importante porque mostra integração e oferece oportunidade para os povos originários, reforçando o esporte como a maior ferramenta de inclusão social", disse o secretário da Sedel, Jorge Oliveira.

No município, serão beneficiados mais de 800 atletas de base. Com a chegada do Pelci à Comunidade do Iauareté, composta por 3 mil famílias, mais de 300 jovens foram beneficiados, fortalecendo a prática esportiva e fomento ao surgimento de novos atletas na região do Rio Negro.

DIVULGAÇÃO



Programa esportivo promove diversas modalidades

Onu aponta recordes de temperatura

Ano de 2024 foi o primeiro a superar 1,5 °C acima do período pré-industrial (1850-1900)

ADREES LATIF/REUTERS



Relatório se baseou em serviços meteorológicos nacionais

Da redação

A Organização Meteorológica Mundial (OMM), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU), confirmou que 2024 foi o ano mais quente já registrado em 175 anos de medições científicas. O relatório divulgado nesta quarta-feira (19) aponta que, pela primeira vez, a temperatura global superou 1,5°C acima do período pré-industrial (1850-1900).

Embora esse valor isolado não signifique o descumprimento das metas do Acordo de Paris, a secretária-geral da OMM, Celeste Saulo, classifica o dado como um alerta global. “Estamos aumentando os riscos para nossas vidas, economias e para o planeta”, afirmou.

Causas e impactos O recorde de temperatura é atribuído principalmente ao aumento das emissões de gases do efeito estufa e à alternância entre os fenômenos climáticos La Niña, que resfria o planeta, e El Niño, que provoca aquecimento.

Além das altas temperaturas, o relatório destaca outros recordes climáticos em 2024, como a maior concentração atmosférica de dióxido de carbono, metano e óxido nitroso nos últimos 800 mil anos. O estudo também aponta o aquecimento acelerado dos oceanos, a perda de massa glacial e a elevação do nível do mar, que dobrou entre 2015 e 2024 na comparação com o período de 1993 a 2002.

O relatório ainda alerta para o impacto dos fenômenos climáticos extremos na crise alimentar global. Em 18 países, o agravamento da insegurança alimentar foi intensificado por eventos meteorológicos severos, conflitos e altos preços dos alimentos.

Ação climática

O secretário- geral da ONU, António Guterres, reforçou que ainda há tempo para limitar o aquecimento global a longo prazo. “Os líderes precisam agir para que isso aconteça, investindo em energias renováveis e apresentando novos planos nacionais para o clima ainda este ano”, declarou.

O relatório da OMM foi elaborado com base em dados de serviços meteorológicos e hidrológicos nacionais, centros climáticos regionais e parceiros da ONU, reunindo a contribuição de dezenas de especialistas.

VATICANO

REPRODUÇÃO



Francisco é propenso a infecções pulmonares

Papa Francisco sem ventilação mecânica

Da redação

O Papa Francisco não está mais usando ventilação mecânica para ajudar sua respiração à noite e seus médicos acreditam que ele continuará a melhorar, disse o Vaticano nesta quarta-feira (19), na mais recente atualização positiva enquanto o pontífice de 88 anos luta contra uma pneumonia.

Francisco está internado no Hospital Gemelli, em Roma, há quase cinco semanas, devido a uma infecção respiratória grave que exigiu tratamento contínuo.

“A condição clínica do Santo Padre continua melhorando”, disse a última atualização médica detalhada sobre sua condição.

O papa estava usando ventilação mecânica não invasiva durante a noite em sua internação no hospital, o que envolve a colocação de uma máscara sobre o rosto para ajudar a empurrar o ar para os pulmões.

Essa ventilação foi “suspensa”, segundo o comunicado. Mas o comunicado afirma que o papa ainda está recebendo oxigênio por meio de uma pequena mangueira sob o nariz.

Os médicos do papa acreditam que sua infecção está sob controle, disse a assessoria de imprensa do Vaticano logo após a divulgação do último comunicado. O papa não está com febre e seus exames de sangue estão normais, disse.

O papa tem sido descrito como estando em uma condição estável ou melhorando há duas semanas, mas o Vaticano ainda não deu um prazo para sua alta, dizendo que sua recuperação está sendo lenta.

MUNDO

Milhares protestam em Israel contra Netanyahu

Da redação

Milhares de pessoas saíram às ruas em Israel nesta quarta-feira (19) para protestar contra o governo do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, em meio à decisão de demitir o chefe da agência de segurança interna Shin Bet e à retomada dos bombardeios na Faixa de Gaza.

O exército israelense realizou novos ataques em território palestino, matando pelo menos 970 em dois dias, anunciou o Ministério da Saúde do Hamas, sem dar detalhes sobre as circunstâncias dessas mortes.

A decisão do premiê de reiniciar a guerra na região, enquanto 59 reféns — sendo 24 deles supostamente ainda vivos — seguem em cativeiro, gerou indignação entre as famílias das vítimas e os opositores de Netanyahu.

Na noite de terça-feira (18), dezenas de milhares de manifestantes já haviam tomado as ruas do país, e novos protestos foram organizados nesta quarta. Além da ofensiva militar, os atos também denunciam a intenção do primeiro-ministro de afastar Ronen Bar, diretor do Shin Bet.

As relações entre Netanyahu e Bar são tensas desde o ataque surpresa do Hamas em 7 de outubro de 2023, que deixou cerca de 1.200 mortos em Israel e levou à guerra em Gaza. O conflito, que já dura mais de um ano, resultou na morte de mais de 30 mil palestinos, segundo o Ministério da Saúde do enclave governado pelo Hamas.

“Não se trata mais de uma guerra por algo importante, mas da sobrevivência deste governo, da sobrevivência de Benjamin Netanyahu”, disse Koren Offer, um dos manifestantes em Jerusalém.

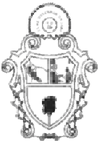
Entre os grupos que organizam os protestos estão o Fórum Escudo Defensivo (Defensive Shield Forum), composto por ex-integrantes das forças de segurança, e o Movimento por um Governo de Qualidade em Israel, que luta contra a corrupção.

O atual movimento de oposição lembra as manifestações que eclodiram em 2023, antes dos ataques do Hamas, quando Netanyahu tentou demitir o então ministro da Defesa, Yoav Gallant. Na época, Gallant se opôs à controversa reforma judicial promovida pelo governo.

AMIR LEVY



Israelenses marcharam em direção a Jerusalém para protestar contra os planos de Netanyahu



Prefeitura de **Manaus**

RESULTADO FINAL

A COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE MANAUS, através da **SUBCOMISSÃO DE MOBILIDADE URBANA** torna público, para conhecimento dos interessados, o Resultado da Reclassificação, após diligências, da **CONCORRÊNCIA Nº 008/2023 - CML/PM**, cujo objeto é SELEÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS PARA OUTORGA DE PERMISSÃO DA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE MANAUS - MODO COMPLEMENTAR.

	CLASSIFICADOS	PONTUAÇÃO FINAL
1	ALEXANDRE ALEX PIMENTA GOULART	50
2	ALUIZIO DA ROCHA CAETANO	50
3	AMADEU DE OLIVEIRA ABREU	50
4	ANTONIO CRISPIM DA COSTA	50
5	ANTONIO LEITE BARROS	50
6	ANTONIO TELES MOREIRA	50
7	ARI MANOEL PEREIRA	50
8	BRAZ DE SOUZA	50
9	CARLOS AUGUSTO MOREIRA DE LIMA	50
10	CARLOS CARVALHO DOS SANTOS	50
11	CARLOS JAIR SANTANA SANTOS	50
12	CLEIBE TERCEIRO DA SILVA	50
13	DAVID FERREIRA SANTOS	50
14	EDILSON COUTO LIMA	50
15	EDIVAL DE SOUSA LOPES	50
16	EDUARDO CRUZ DOS SANTOS	50
17	ELDER MARINHO ARRUDA	50
18	ELSIMAR COELHO BARROS	50
19	ELSON RODRIGUES CASTRO	50
20	EVANDRO DE SOUZA BARROS	50
21	FABIO SILVA BARROS	50
22	FELISBELO ANTONIO FERREIRA FILHO	50
23	FERNANDO BARROSO FERNANDES	50
24	FRANCISCO EDSON DA SILVA	50
25	GEDALIAS GONÇALVES BARBOSA	50
26	IDELFONSO PINHEIRO DE SOUZA	50
27	JANUARIO MENDES DA SILVA	50
28	JO CAETANO NASCIMENTO	50
29	JOAQUIM CONEGUNDES LOPES NETO	50
30	JOAQUIM DA SILVA RIBEIRO	50
31	JOSÉ BENEDITO DE ABREU	50
32	JOSÉ CARLOS DA COSTA SILVA	50
33	JOSE DA SILVA BATISTA	50
34	JOSÉ DAS GRAÇAS MARTINS	50
35	JOSE DILSON LOPES DE SOUSA FILHO	50
36	JOSÉ LAVOR DA SILVA	50
37	JOSÉ MARIA ELIAS	50
38	JOSÉ MARTINS PEREIRA	50
39	JOSÉ ODILON FONTINELES XIMENES	50
40	JOSÉ RAIMUNDO DELA ROVERY IZEL	50
41	JOSÉ RAMILDO TENÓRIO GOMES	50
42	JOSÉ RODRIGUES	50
43	JOSÉ RONALDO DA SILVA LIRA	50
44	JOSÉ SILVA DE SOUZA	50
45	JOSÉ VIEIRA DA SILVA	50
46	JOSIAS TEIXEIRA DA SILVA	50
47	LEDO RODRIGUES DE LIMA	50
48	LUCIO LUIZ BENTES QUEIROZ	50
49	LUCIVALDO VALENTE LEITÃO	50
50	LUIS BENTES DE QUEIROZ	50
51	LUIS DAVID DE OLIVEIRA	50
52	LUIZ BATISTA DE LIMA FILHO	50
53	LUIZ TELES SOUZA	50
54	MANOEL EZIDIO SILVA DIAS	50
55	MARCO ANTONIO PAIVA DE SOUSA	50
56	MOISES LIMA MELO	50
57	NORMANDO REIS DE SOUZA	50
58	ORLANDO TRINDADE DE OLIVEIRA	50
59	OSVALDO VALENTE LIMA	50
60	PAULO DE OLIVEIRA LIMA	50
61	PAULO FERNANDES BARROSO	50
62	PEDRO BERNARDO DA COSTA FILHO	50
63	PEDRO SILVA DE SOUZA	50
64	RAIMUNDO ALVARENGA FARIAS	50
65	RAIMUNDO BASTOS SILVA	50
66	RAIMUNDO CACAU BARBOSA	50
67	RAIMUNDO FÉLIX FERREIRA	50
68	RAIMUNDO NONATO DA SILVA	50
69	RAIMUNDO UCHOA E SILVA	50
70	REGIVAN ALVES FARIAS	50
71	ROMILDO TEODORO ALVES	50
72	ROSIVALDO MELO DE ARAUJO	50
73	SEBASTIÃO IPOJUCAN AIMORÉ DOS REIS	50
74	SEBASTIÃO VIVALDO OLIVEIRA DA SILVA FILHO	50
75	SÉFORA PEREIRA COELHO	50
76	SEVERINO FAUSTINO DA SILVA	50
77	TEMISTOCLES DA ENCARNAÇÃO PEREIRA	50
78	TIAGO SIQUEIRA DE MATOS	50
79	VARLEY MARQUES DE PAULA	50
80	VENICIO JOSÉ DE ARAUJO	50
81	VICENTE CARNEIRO SOBRINHO	50
82	VITÓRIO NOVAIS SANTOS	50
83	WALDEMAR ALVES DA SILVA	50
84	WALDINEI OLIVEIRA DE AZEVEDO	50
85	ADAIAS DE ARAUJO RODRIGUES	47
86	ADINALDO FARIAS	47
87	AILTON VALENTIM DE LIMA	47
88	ANASTACIO TELES MOREIRA	47
89	ANTONIO ALVES DA SILVA	47
90	ANTONIO DA SILVA MARTIRES	47
91	ANTONIO MENEZES DE SOUZA	47
92	ATILA RIBEIRO CORDEIRO	47
93	BENAS LIMA DA SILVA	47
94	BENJAMIM DA COSTA NETO	47
95	CÍCERO FERREIRA DE SOUZA	47
96	DANIEL VIEIRA FERREIRA	47
97	EFRAHIM DIAS XAVIER	47
98	ELISEU PINHEIRO DE BARROS	47
99	FRANCISCO ADALBERTO SILVA DOS SANTOS	47
100	FRANCISCO CLELIO LIMA DE OLIVEIRA	47
101	FRANCISCO DA COSTA SILVA	47
102	FRANCISCO EDSON MONTEIRO DA SILVA	47
103	FRANCISCO MARQUES GOMES	47
104	FRANCISCO PAIVA DE SOUZA	47
105	GERALDO RODRIGUES DA SILVA	47
106	GILCIENE MONTEIRO DA SILVA	47
107	GRACIONE AZEVEDO DE ABREU	47
108	HERLAN FOSTEIN SILVA FERREIRA	47
109	IRANILDO NOGUEIRA DOS SANTOS	47
110	ISAC NUNES MENDONÇA	47
111	ISAC PEREIRA LINHARES	47
112	ISAIAS DIAS COSME	47
113	JEAN LUCIO HOUNSELL MOREIRA	47
114	JERRINALDO FERNANDES ALEXANDRE	47
115	JOÃO BATISTA DE SOUSA	47
116	JOÃO DA SILVA PIMENTA	47
117	JOÃO DE ARAUJO RODRIGUES	47
118	JOÃO MESSIAS BARROSO FERNANDES	47
119	JOCELINO PEREIRA DA CRUZ	47
120	JOSÉ AIRTON DE SOUSA	47
121	JOSÉ CHARLES MOTA LEAL	47
122	JOSÉ DAMAZIO DE OLIVEIRA	47
123	JOSÉ GILSON DE SOUSA	47
124	JUCELINO BRUNO MARQUES	47
125	JUCELINO LIMA DE OLIVEIRA	47
126	LUCIANO ARAUJO DOS SANTOS	47
127	LUCIANO FERREIRA DE LIMA	47
128	LUIZ ANTONIO PASSOS FERREIRA	47
129	LUIZ CARLOS MOTA ESPOSITO	47
130	MARIA JOSÉ DE SOUZA LOPES SOUZA	47
131	MARIO JORGE DA SILVA MATHEUS	47
132	MARIO OZETE FERRAZ	47
133	MARQUES ANDRADE DE LIMA	47
134	MAYDA CRISTINA OLIVEIRA SOUZA	47
135	MESSIAS ALMEIDA DOS SANTOS	47
136	NICIVALDO OLIVEIRA SALAZAR	47
137	NILSON DA CONCEIÇÃO CORREA	47
138	RAIMUNDO DE JESUS RODRIGUES	47
139	RAIMUNDO JOSÉ LIMA	47
140	RAIMUNDO NUNES DE CASTRO	47
141	RICARDO CARNEIRO SIDRONIO	47
142	RILMAR ALBUQUERQUE COSTA	47
143	RUBEM BARBOSA COSTA	47
144	VALERIANO FONSECA MOTA	47
145	VANDERLAN GARCIA DE SOUZA	47
146	WALDIR LOPES LEITÃO	47
147	PEDRO DE BRITO COELHO	47
148	ANTONIO DOMINGOS FERREIRA CASTRO	46
149	EQUIAS SILVA SUBRINHO	46
150	ESPEDITO CARNEIRO DE LIMA	46
151	GALDINO MENDES	46
152	GILSON QUIRINO DA SILVA	46
153	JULIO VIEIRA LIMA	46
154	OLINDALBERTO DA SILVA LIMA	46
155	ORIVAN GOMES DA SILVA	46
156	ROBERTO BARBOSA ALBUQUERQUE COSTA	46
157	WALDERIZIA CARVALHO NASCIMENTO MELO	46
158	ALBERTO VAGNER FARIAS COUTINHO	45
159	ANTONIO MARTINS LINHARES	45
160	AURIANO DA SILVEIRA FREIRE	45
161	MARCELO DA SILVA NEVES	45
162	PEDRO BATISTA DE LIMA	45
163	RAIMUNDO NONATO PINHEIRO FREITAS	45
164	ADEMAR GONÇALVES BARROSO	44
165	JAILSON ESTEVÃO LEITÃO	44
166	JANES DE SOUZA ANDRADE	44
167	MANOEL DA ROCHA CUNHA	44
168	EDIMARA NASCIMENTO DE SOUZA	43
169	EDINALDO DE AZEVEDO CUNHA	43
170	WELITON PEREIRA DO AMARANTE	43
171	ADRIANO OLIVEIRA DA SILVA	42
172	ANTONIO DE AQUINO LIMA	42
173	ANTONIO SOUZA BATISTA	42
174	ARTHENES LIMA DA SILVA	42
175	EDNALDO ALVES DE SOUZA	42
176	EDSON DE SOUSA LEITÃO	42
177	ELLEN CRISTINA DA SILVA ANDRADE	42
178	FARNEI SILVA DO NASCIMENTO	42
179	IRISVAN DUTRA VIDINHO	42
180	JEOVÁ NASCIMENTO DA CRUZ	42
181	JOÃO BOSCO DA SILVA MARINHO	42
182	JOSÉ SALVADOR COSTA DE ARAUJO	42
183	LEVY MOREIRA RIBEIRO	42
184	LUANA SANTOS DA SILVA	42
185	MANOEL GADELHA SALES	42
186	MARCIO ROBERTO DOS REIS SILVA	42
187	NILSON ARAUJO SILVA	42
188	ORIVELTON DE SOUZA MARQUES	42
189	RAIMUNDO NONATO NOGUEIRA DE QUEIROZ	42
190	RAIMUNDO SANCHO MOREIRA	42
191	REGINA RAMOS DA ROCHA	42
192	ROBERO LUCIO MENDES CHAVEZ	42
193	RODRIGO MIRANDA DA SILVA	42
194	RUIZINALDO DE SOUZA MARTINS	42
195	SEBASTIÃO NEGREIROS DA CUNHA	42
196	WANDERLEY MARTINS DA SILVA	42
197	AMOS FRANCO DA SILVA	41
198	ANGELO NETO FERREIRA MENDONÇA	41
199	CRISTIANO REGO DA CUNHA	41
200	FRANCISCO CHAGAS DA SILVA	41
201	FRANCISCO ELIAS DA SILVA	41
202	FRANCISCO FURTADO COSMO DE SENA	41
203	FRANCISCO GOMES DA SILVA	41
204	GEIBSON SANTOS DE SOUZA	41
205	JESSE LEITÃO DE LIMA	41
206	JOSÉ RIBAMAR BATISTA DA SILVA	41
207	JOSEMAR SOARES DA SILVA	41
208	MANOEL BARBOSA MAGALHÃES	41
209	MAURICIO ARY ORAN BARROS NETO	41
210	NARZEU TAVARES COUTINHO FILHO	41
211	PABLO CHAVES CAVALCANTE	41
212	RAIMUNDO LOPES GOMES	41
213	RAIMUNDO WILLIAN THOME REIS	41
214	VILSON FERREIRA DOS SANTOS	41
215	WALDOMIRO HONORATO LOUREIRO	41
216	WALISON DA SILVA	41
217	ANTONIO SOARES DE LIMA	40
218	EUZÉBIO ALVES DA SILVA FILHO	40
219	ISAIAS DE ARAUJO RODRIGUES	40
220	JOSÉ ANTONIO DE SOUZA ALMEIDA	40
221	LUIS SANTOS SOUZA	40
222	REGINALDO SOARES DA SILVA	39
223	ANA CLÉIA MACHADO	38
224	FERNANDO VALÉRIO DA SILVA	38
225	ALEXANDRO FIGUEIREDO DA GAMA	37
226	CLAUDIOMAR PROENCA DE SOUZA	37
227	ERICKA PINHEIRO FERREIRA	37
228	MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA CAMPOS	37
229	SULLIVAN SANTOS	37
230	ZENILDA RAMOS DOS SANTOS	37
231	GEAN CARLOS BRANDAO SILVA	36
232	LUIZ CARLOS AMARAL	36
233	ADRIANO BATISTA VIANA	34
234	AFONSO BATISTA VIANA	34
235	ALEX GALVAO PEREIRA	34
236	ANTONINO CARNEIRO DA SILVA	34
237	ARLISSON DE MORAES COSTA	34
238	BRUNO JUNIO GALUCIO DO NASCIMENTO	34
239	CARLOS DE OLIVEIRA LIMA	34
240	CHARLES LIMA GUIMARÃES	34
241	DENILSON MARCOS PINHEIRO DE SOUZA	34
242	DEYGSON DE SOUZA CASTRO	34
243	DIONEIS LIMA MEDEIROS	34
244	DOUGLAS PINHEIRO MATOS	34
245	EDNA MARREIROS PIMENTA	34
246	ELCIO CAMPOS REGO	34
247	ELIONAIA CORREA DE ALMEIDA	34
248	ELVES JOSÉ DA SILVA	34
249	ERIC AUGUSTO COSTA E SILVA	34
250	ESTARNISLAU PINTO DE AGUIAR	34
251	EVANDRO DA SILVA E SILVA	34
252	EVANILDO MENDES SIMÕES	34
253	FELIPE MOURA CONSETINI	34
254	FRANCINEI DE LIMA RIBEIRO	34
255	FRANCISCO ALMEIDA FILHO	34
256	FRANCISCO LEONIDAS CARVALHO TELES	34
257	FRANCISCO SANTOS DA COSTA	34
258	GEANE LIA PEREIRA COSTA	34
259	GILVAN S0ARES PESSOA	34
260	HELCIAS RAMOS DA SILVA	34
261	ILANILCE DA SILVA TRINDADE	34
262	IRANILDO DA SILVA PASSOS	34
263	IRINEU FERREIRA DE SANTANA	34
264	ISAIAS COSTA DE OLIVEIRA	34
265	JILNEI RAMOS BOLZAN	34
266	JOÃO RICARDO PINTO DOS REIS	34
267	JOÃO ROBSON PEREIRA DOS REIS	34
268	JONAS NASCIMENTO DE SOUSA	34
269	JOSÉ PACHECO TELES NETO	34
270	JOSEMERY DOS REIS PIMENTA	34
271	JOSINALDO DOS SANTOS COELHO	34
272	JUCICLEIDE PEREIRA DE SOUSA TOME	34
273	JUCINEY MACIEL DE OLIVEIRA	34
274	LADIONILSON DA SILVA E SILVA	34
275	LEANDRO BARROS DA SILVA	34
276	LEILA BARROS DA SILVA	34
277	LUCIMAR SILVEIRA DE SOUZA	34
278	MARIA ANGELA GOMES DE ARAUJO ALBUQUERQUE	34
279	MARIA NERES DOS SANTOS LIMA	34
280	MARLON RUI DOS SANTOS PAZ	34
281	NERIVALDO DE SOUSA BRAGA	34
282	NILTON SEIXAS DOS SANTOS	34
283	NIVEA SANTANA SAMPAIO	34
284	ORLANDO MARQUES DA COSTA	34
285	RAIANE PEREIRA BATISTA	34
286	RAILSON DOUGLAS ROSA DA SILVA	34
287	RAIMUNDO MARIANO GOMES DE ARAUJO	34
288	RENILSON SILVA GONÇALVES	34
289	RIONEITE GLORIA LEMOS BARBOSA	34
290	ROBSON LOPES MEDEIROS	34
291	SABRINA DA SILVA BARROS	34
292	SILAS DA CRUZ NUNES	34
293	VAGNO DA SILVA MENEZES	34
294	VALCICLEI BARROSO DOS SANTOS	34
295	VANTUIR JONAS DE LIMA	34
296	VIVIANE DA SILVA BORBA	34
297	WILLIAM MANSO DA FONSECA	34
298	KARDEC DA SILVA LOPES	34
299	RONILSON REIS DA TRINDADE	34
300	ALESSANDRO PEREIRA DA SILVA	34
301	DERMIVAL PEREIRA DO CARMO	33
302	AILSON ALBUQUERQE DE LIMA	32
303	ANTONIO ARAUJO DA SILVA	32
304	JOSÉ DA ROCHA CUNHA	32
305	MANASSES DE BRITO COELHO	32
306	PEDRO DA COSTA FERREIRA	32
307	SUELY DE SOUSA FERNANDES	32
308	THIAGO RODRIGUES DO NASCIMENTO	32
309	WILLIAMS DE ALMEIDA REGO	32
310	LAURIVAN PEREIRA DA SILVA	31
311	REURY SOARES DA SILVA	31
312	SALETE DE ALMADA ALEXANDRE	31
313	VANESSA GONÇALVES LIMA	31
314	WILSON DOS SANTOS	31
315	EVANDERSON OLIVEIRA BARROS	30
316	FRANCISCO TIAGO DA SILVA FALCÃO	30
317	EDVALDO LIMA GATO	30
318	EDUARDO GUERREIRO DO NASCIMENTO	30
319	JAILSON MADISON DE SOUZA SILVA	30
320	DEMOSTHENES DA SILVA IGLESIAS	30

A Ata de prosseguimento encontra-se a disposição dos interessados através do site https://transparencia.manaus.am.gov.br/, ou solicitar através do e-mail da **COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO** cml.se@manaus.am.gov.br. Informações no horário das 08 às 17 horas (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, pelo telefone (92) 98802-3847.

Manaus,19 de março de 2025.

THIAGO OLIVEIRA FARIAS
Presidente da Subcomissão de Mobilidade Urbana
da Comissão Municipal de Licitação



Gera Amazonas - Geradora de Energia do Amazonas S/A

CNPJ: 07.469.933/0001-71

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	**Nota**	**2024**	**2023**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	78.147	58.672
Contas a receber de cliente	8	38.940	36.684
Despesas antecipadas		1.194	3.614
Estoques	9	12.193	12.024
Impostos e contribuições a recuperar	10	1.646	1.521
Subvenção para custeio a receber da CCC	11a	-	25.606
Outras contas a receber	12	663	569
Aplicação financeira vinculada	13	-	14.457
Total do Ativo circulante		132.783	153.147
Não Circulante			
Adiantamento a fornecedores		1.494	1.494
Imobilizado	14	182.917	205.561
Intangível		297	308
		183.214	205.869
Total do ativo não circulante		184.708	207.363
Total do ativo		317.491	360.510

Passivos e patrimônio líquido	**Nota**	**2024**	**2023**
Circulante			
Fornecedores	16	380	1.967
Debêntures	17	-	49.367
Obrigações trabalhistas		687	572
Obrigações tributárias	18	5.659	5.991
Imposto de renda e contribuição social	19	988	5.418
Adiantamentos de CCC		5.438	5.438
Dividendos a pagar	21	24.443	12.817
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		2.166	1.914
Arrendamento		1.058	1.087
Subvenção para custeio da aquisição de imobilizado a transcorrer	11b	10.593	10.593
Outras contas a pagar		2.746	4.151
Total do passivo circulante		54.158	99.315
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social	19	2.234	2.559
Arrendamento		-	1.059
Subvenção para custeio da aquisição de imobilizado a transcorrer	11b	53.469	64.063
Total do passivo não circulante		55.703	67.681
Total do passivo		109.861	166.996
Patrimônio líquido	21		
Capital social		50.963	50.963
Reservas de lucros		149.622	128.615
Dividendo adicional proposto		7.045	13.936
Total do patrimônio líquido		207.630	193.514
Total do passivo e do patrimônio líquido		317.491	360.510

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)*

	Nota	**2024**	**2023**
Receita operacional líquida	22	161.839	165.284
Custo das vendas	23	(46.139)	(50.929)
Lucro bruto		113.700	114.355
Outras receitas operacionais líquidas	24	9.614	9.867
Despesas gerais e administrativas	25	(10.474)	(9.962)
Despesas tributárias		(709)	(1.391)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		112.131	112.869
Receitas financeiras	26	6.152	20.700
Despesas financeiras	26	(3.088)	(8.893)
Resultado financeiro, líquido	26	3.064	11.807
Lucro antes dos impostos		115.195	124.676
Imposto de renda e contribuição social	27	(38.707)	(42.778)
Incentivo fiscal do imposto de renda	27	21.007	21.147
		(17.700)	(21.631)
Lucro líquido do exercício		97.495	103.045
Lucro básico e diluído por ação - R$		2.202,83	2.328,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	2024	**2023**
Lucro líquido do exercício	97.495	103.045
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**97.495**	**103.045**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	**Capital social**	**Reserva legal**	**Reserva de incentivos fiscais**	**Total**	**Lucros acumulados**	**Dividendo adicional proposto**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 1º de janeiro de 2023		50.963	10.192	97.276	107.468	-	7.182	165.613
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	103.045	-	103.045
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	(7.182)	(7.182)
Incentivo fiscal do imposto de renda		-	-	21.147	21.147	(21.147)	-	-
Antecipação de dividendos		-	-	-	-	(67.962)	-	(67.962)
Dividendo adicional		-	-	-	-	(13.936)	13.936	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		50.963	10.192	118.423	128.615	-	13.936	193.514
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	97.495	-	97.495
Distribuição de dividendos	21c	-	-	-	-	-	(13.936)	(13.936)
Incentivo fiscal do imposto de renda	21b	-	-	21.007	21.007	(21.007)	-	-
Antecipação de dividendos	21c	-	-	-	-	(69.443)	-	(69.443)
Dividendo adicional	21d	-	-	-	-	(7.045)	7.045	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		50.963	10.192	139.430	149.622	-	7.045	207.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	**2024**	**2023**
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício Ajustes para:		97.495	103.045
Depreciação	14	18.281	18.200
Amortização		117	91
Baixa de Imobilizado	14	1.616	-
Rendimentos de aplicação financeira vinculada	13	(1.391)	(2.205)
Juros sobre debêntures	17	2.481	8.298
IPCA sobre reembolsos de sub-rogação CCC	26	(78)	(14.458)
Imposto de renda e contribuição social e incentivo fiscal do imposto de renda	27	17.700	21.631
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber de clientes		(2.256)	746
Despesas antecipadas		2.420	(2.441)
Estoques		(169)	68
Impostos e contribuições a recuperar		(125)	16.410
Outras contas a receber, depósitos judiciais e adiantamentos a fornecedores		(94)	(213)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		(1.587)	76
Obrigações trabalhistas		115	(20)
Obrigações tributárias		(332)	1.575
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		252	520
Outras contas a pagar e arrendamentos		2.494)	(402)
Subvenção para custeio recebida	11a	25.684	42.418
Impostos pagos sobre a receita de subvenção	11c	(980)	(980)
Juros pagos sobre debêntures	17	(2.481)	(8.298)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(22.455)	(17.055)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		131.719	167.006
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Resgate de aplicação financeira vinculada	13	15.848	4.094
Aquisição de imobilizado	14	(6.867)	(2.564)
Aquisição de intangível		(105)	(191)
Caixa líquido decorrente (usado nas) atividades de investimento		8.876	1.339
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de debêntures	17	(49.367)	(63.733)
Dividendos pagos	21	(71.753)	(64.500)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(121.120)	(128.233)
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		19.475	40.112
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	58.672	18.560
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	78.147	58.672
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		19.475	40.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua

Página 2, continuação do Balanço Patrimonial da GERA Amazonas S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional A Gera Amazonas - Geradora de Energia do Amazonas S/A ("Companhia") foi constituída em 28 de março de 2005, sob a forma de uma sociedade anônima com finalidade específica, com sede à Rua Comendador Gutemberg Barbosa, nº 2, Bairro Ponta Negra, no município de Manaus, Estado do Amazonas. A Companhia iniciou suas atividades comerciais em 15 de dezembro de 2006, e sua usina é constituída por cinco unidades moto geradoras. A partir de 2022, a potência instalada aumentou 7,46% (de 85,38MW para 91,75MW), influenciando em um aumento de 7,38% de eficiência (de 40,17% para 43,37%). A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de uma usina termoelétrica, denominada UTE Ponta Negra ("Usina") na cidade de Manaus no estado do Amazonas, para fornecer energia elétrica para a Amazonas Distribuidora de Energia S/A ("AmD"), anteriormente denominada Manaus Energia S/A ("MESA"), nos termos do Contrato OC-1821/2005 ("Contrato"), celebrado em 20 de maio de 2005, com vigência de 20 anos, na modalidade de Produtor Independente de Energia ("PIE"). Em 3 de dezembro de 2018 o Contrato de Suprimento de Energia OC-1821/2005 foi cedido integralmente da AmD para Amazonas Geração e Transmissão de Energia S/A ("Amazonas GT"). Em 1º de julho de 2021 a Amazonas GT cedeu integralmente o Contrato de Suprimento de Energia OC-1821/2005 para a Centrais Elétricas do Norte S/A ("Eletronorte"), nos termos das Cartas PRG - nº 039 e 051 emitidas pela Amazonas GT nos dias 04 e 29 de junho de 2021. Ressalta-se ainda, que a Eletronorte não poderia continuar como Garantidora do Contrato, razão pela qual a sua Garantia Corporativa foi substituída por uma Fiança Bancária equivalente a 2,5 vezes o faturamento máximo mensal da Companhia. ***Conversão para gás natural*** A conversão da Usina para gás natural contemplou: (i) Construção do ramal interno de recebimento de gás natural; (ii) Construção da casa dos compressores, incluindo obras civis, montagem eletromecânica e automação dos compressores de gás natural, transformadores de potência e demais auxiliares do sistema de gás natural como os sistemas de recebimento, filtragem, regulagem de pressão, medição e compressão do gás natural; e (iii) Conversão dos motores para gás natural, que contemplou processos de usinagem e adaptações mecânicas no motor, instalação dos sistemas de alimentação de gás natural e óleo de alta pressão para controle e selagem e atualização do sistema de controle (automação) do motor para o novo modo de operação. A conversão teve os seguintes marcos principais: • A conversão teve início em junho de 2009, o ramal de recebimento do gás natural, o sistema de compressão de gás natural e seus auxiliares foram comissionados em dezembro de 2010. • Em janeiro de 2011 foi comissionado o primeiro motor com gás natural. • De janeiro de 2011 até março de 2012, quando foram realizados os testes de aceitação de todos motores, a operação com gás natural era parcial, neste período a fração de operação com gás natural foi aumentando gradativamente à medida que as modificações eram implantadas até possibilitar a operação apenas no modo gás natural e óleo combustível, e em abril de 2012 a usina passou a operar com 94% de gás natural e 6% óleo combustível. Em 2022, a Companhia concluiu totalmente a Conversão SG (Spark-Gás) na usina, convertendo os motores GD (Gás-Diesel) W18V46GD para a configuração SG (Spark-Gás) na versão W18V50SG, onde passou a operar com 100% a gás natural. Os principais impactos dessa operação podem ser verificados na nota explicativa nº 14 – Imobilizado. A Administração da Companhia permanece negociando uma extensão do Contrato de Suprimento de Energia OC-1821/2005, firmado com a Centrais Elétricas do Norte S/A (Eletronorte), cujo término está previsto para o dia 20 de maio de 2025. O contrato estabelece que, ao término de sua vigência, após vinte anos contados da data de sua assinatura e, após cumprimento de todas as condições e obrigações contratuais pelas partes, a usina será revertida para o patrimônio da Eletronorte. Caso a prorrogação do referido contrato não seja viabilizada a Companhia: (i) buscará novos investimentos e projetos, seja por meio de aquisições, fusões e/ou participações em novos leilões; (ii) terá condições financeiras de liquidar todos os seus passivos e suportará seus gastos através da utilização de suas expressivas reservas financeiras acumuladas; e (iii) adotará redução de gastos operacionais. **2 Base de preparação e declaração de conformidade** As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 27 de fevereiro de 2025. Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa nº 6.Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 15** - Arrendamento mercantil financeiro – CPC 06 (R2), que trata da determinação se um contrato contém um arrendamento; • **Nota explicativa nº 22** - Receita operacional líquida - reconhecimento de receita: se a receita de energia fornecida é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo; e • **Nota explicativa nº 29** - Gestão de instrumentos financeiros – Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros. **Incertezas sobre premissas e estimativas** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas: • **Nota explicativa nº 6.e.(iii)** – Imobilizado – Vida útil estimada do ativo; • **Nota explicativa nº 20** – Processos judiciais – Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **Mensuração do valor justo** Certas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 30 – Gestão de instrumentos financeiros. **5 Base de mensuração** As demonstrações financeiras foram preparadas substancialmente com base no custo histórico, com exceção dos itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais, referente aos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **6 Principais políticas contábeis** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **(a) Instrumentos financeiros *(i) Reconhecimento e mensuração inicial*** Contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; e ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. *Ativos financeiros* A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

• as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré- pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Estes ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***(iii) Classificação e mensuração subsequente*** *Ativos financeiros* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iv) Compensação*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*** A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **(b) *Arrendamentos*** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. ***(i) Arrendamentos em que a Companhia é uma arrendatária*** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arredamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental. **(ii) Arrendamentos em que a Companhia é uma arrendadora** A Companhia não possui subarrendamentos em que é uma arrendadora. **(c) Contas a receber de clientes** São registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Os impostos, quando retidos na fonte pelas entidades de economia mista e/ou públicas, são reconhecidos somente quando ocorre o recebimento do cliente, e são considerados créditos tributários. Baseada nos contratos celebrados e no histórico com o cliente da Companhia, a Administração não espera ter perdas significativas nas suas contas a receber e, por isso, não constituiu provisão para redução ao valor recuperável. **(d) Estoques** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescidos de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores dos estoques contabilizados não excedem o valor realizável líquido. ***Provisões de itens obsoletos de estoques***

A Companhia avalia periodicamente a composição e giro dos seus estoques a fim de identificar divergências de estoques e existência de itens obsoletos e de baixo giro. Os fatores de risco são gerenciados à medida das realizações dos inventários realizados ao longo do exercício, e em relação à obsolescência, a partir da avaliação quanto ao giro de estoques, caso seja identificado algum fator de risco a provisão de itens obsoletos é reconhecida em contrapartida ao resultado do exercício. **(e) Imobilizado *(i) Reconhecimento e mensuração*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido. ***(ii) Custos subsequentes*** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***(iii) Depreciação*** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, e considera preponderantemente o tempo de utilidade esperada do ativo para a entidade, que tem como base o prazo do contrato firmado com a Eletronorte e/ou o tempo de desgaste físico dos bens, dos dois o menor. Anualmente a Companhia estuda e, se for o caso, atualiza a sua depreciação com base nas vidas úteis médias, segundo a representatividade das adições ao imobilizado e o prazo de vigência do Contrato de Suprimento de Energia. As taxas anuais de depreciação utilizadas pela Companhia em 2024 e 2023 são as seguintes:

Descrição	Taxa anual de depreciação
Edificações	4%
Motores e geradores	10%
Sistemas elétricos e mecânicos	10%
Partes e acessórios	10%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas equipamentos	10%
Equipamentos de conversão da usina para gás natural	10%
Conversão da usina para configuração SG	10%
Computadores e periféricos	20%

(f) Intangível Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros, mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização que é calculada linearmente pelo período de 5 anos. **(g) Redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*) *(i) Ativos não financeiros*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, tal como imobilizado, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "Unidade Geradora de Caixa" ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ativos, são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***(ii) Ativos financeiros*** Os valores contábeis dos ativos financeiros da Companhia, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • Inadimplência ou atrasos do devedor; • Reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial; e • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores. **(h) Provisões** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **(i) Receita de contratos com clientes** O CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. **Receita de venda de energia contratada por disponibilidade**: referente a receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina, sendo necessária a geração de 60 MW. A Companhia possui segurança jurídica em seu contrato junto ao seu cliente e não há expectativa de devoluções. A receita é reconhecida no momento em que se disponibiliza a energia contratada ao cliente, que representa o cumprimento da obrigação de performance previsto no contrato. **Receita de venda de energia fornecida**: referente as receitas variáveis, reconhecida no resultado mensalmente, por meio de medições para apurar o volume de energia fornecido para a Eletronorte e Mercado de Curto Prazo - MCP. A receita de energia fornecida e os custos associados são reconhecidos pela entrega da energia gerada ao cliente. **(j) Benefícios a empregados** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. **(k) Subvenção e assistência governamental** Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. Veja detalhes na nota explicativa nº 6 m(ii). **(l) Resultado financeiro, líquido** As receitas financeiras abrangem basicamente juros sobre Certificados de Depósitos Bancários e fundos investidos. As despesas financeiras abrangem, principalmente, juros sobre empréstimos e debêntures. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **(m) Imposto de renda e contribuição social** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. As despesas com imposto de renda e contribuição social reconhecidas no resultado compreendem os tributos correntes. ***(i) Imposto de renda e contribuição social corrente*** Quando aplicável, a despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(ii) Incentivos fiscais (Subvenção e assistência governamental)*** A instalação da usina na região da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), de acordo com projetos aprovados pelas autoridades federais envolvidas, permite à Companhia usufruir de redução da base de cálculo do imposto de renda em 75% sobre o resultado operacional de operações incentivadas (lucro da exploração). Um montante igual ao obtido com a economia fiscal deve ser apropriado em uma conta de reserva de lucros, no patrimônio líquido, e não pode ser distribuído como dividendos aos acionistas.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	709	20.223
Aplicações financeiras de liquidez imediata	77.438	38.449
	78.147	**58.672**

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, conforme demonstrado a seguir:

Instituição financeira	Tipo de investimento	Taxa média de remuneração em relação ao CDI	2024	2023
Banco BTG Pactual S.A.	Operações compromissadas	100% (102% em 2023)	77.438	38.449

Essas aplicações podem ser resgatadas imediatamente pela Companhia sem quaisquer descontos ou multas. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 29. **8 Contas a receber de cliente**

	2024	2023
Valores a vencer (a)	38.940	36.684

(a) Os saldos de valores a vencer são referentes a receita de vendas de energia contratada por disponibilidade e receita de venda de energia fornecida. Não há títulos vencidos e com base no histórico de recebimentos a administração concluiu que não se faz necessário a constituição de provisão para perda de crédito ou perda esperada, visto que o contrato de fornecimento de energia é firmado diretamente com a Eletronorte e está garantido financeiramente por fiança bancária contratada pela Eletronorte, no valor equivalente a 2,5 vezes o faturamento mensal da Companhia. Atualmente está em vigor a carta de fiança nº 48998/24, emitida pelo Banco Daycoval S/A. Desse saldo apurado em 31 de dezembro de 2024, R$ 183 refere-se à venda de partes e peças, a vencer no mês de janeiro de 2025. A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao contas a receber de cliente, está divulgada na nota explicativa nº 29. **9 Estoques**

Continua



Página 3, continuação do Balanço Patrimonial da GERA Amazonas S/A

	2024	2023
Óleos combustíveis e lubrificantes	528	315
Materiais sobressalentes e de manutenção	11.665	11.709
	12.193	**12.024**

A Companhia registra as peças adquiridas para manutenção de motores, geradores, sistemas elétricos e mecânicos em conta de estoque de materiais sobressalentes e de manutenção. São aplicadas em manutenções preventivas e corretivas, conforme necessidade, tendo como contrapartida o resultado do exercício. A Companhia avaliou seus estoques existentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e concluiu não ser necessário a constituição de provisão para obsolescência dos estoques e/ou estoques de baixo giro. **10 Impostos e contribuições a recuperar**

	2024	2023
COFINS a recuperar sobre exclusão do ICMS da base de cálculo	267	580
PIS a recuperar sobre exclusão do ICMS da base de cálculo	106	99
IRPJ e CSLL a compensar - base negativa	525	596
IRRF a transcorrer sobre aplicações financeiras	502	-
Outros impostos a compensar	246	246
	1.646	**1.521**

11 Subvenção CCC A Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica nos sistemas isolados, especialmente na região Norte do país. Em 2022, a Companhia concluiu a conversão a gás dos motores, conforme divulgado na nota explicativa nº 14(a) e, de acordo com a Resolução Autorizativa nº 8.922 de junho de 2020, emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, de acordo com a sistemática preconizada na Resolução Normativa ANEEL nº 801, de 19 de dezembro de 2017, a Companhia obteve sub-rogação de R$ 96.136. **a. Subvenção a receber** O montante sub-rogado, no valor de R$ 96.136, foi corrigido anualmente pelo IPCA. Os recebimentos tiveram início em 2022 e foram concluídos em setembro de 2024.

	2024	2023
Saldo inicial	25.606	53.566
Atualização IPCA	78	14.458
Recebimentos financeiros no exercício	(25.684)	(42.418)
	-	**25.606**

Para realização dos recebimentos, mensalmente a Companhia solicitava o reembolso da sub- rogação diretamente no portal da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), anexando uma planilha padrão, contendo a energia gerada em MWh pela usina no mês de referência. As demais informações da planilha (margem de distribuição, preço médio OCA1, ICMS etc.) são pré-estabelecidas pela CCEE. **b. Subvenção a transcorrer** Trata-se do saldo a transcorrer da sub-rogação da CCC, a ser reconhecido no resultado operacional da Companhia no decorrer dos próximos exercícios, na mesma proporção da depreciação dos ativos imobilizados diretamente relacionados à conversão da usina para configuração SG, conforme requerido pela norma contábil CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. Demais detalhes na nota explicativas nº 14.

	2024	2023
Saldo inicial	74.656	85.251
Apropriação da receita pelo custo com depreciação dos motores convertidos a gás	(10.594)	(10.595)
	64.062	**74.656**
Circulante	**10.593**	**10.593**
Não circulante	**53.469**	**64.063**

c. Receita de subvenção A Companhia, amparada pelo CPC 7 – Subvenção e Assistências Governamentais, faz o reconhecimento da receita de subvenção por meio do custo com depreciação dos motores convertidos, cuja vida útil foi definida em 10 anos, acrescido dos tributos incidentes sobre a receita (PIS e COFINS). Demais detalhes na nota explicativas nº 24.

	2024	2023
Receita pelo custo com depreciação dos motores convertidos a gás	10.594	10.595
Tributos sobre receita de subvenção	(980)	(980)
	9.614	**9.615**

12 Outras contas a receber

	2024	2023
P&D - Tratamentodeefluenteslíquidos(a)	-	356
P&D - Armazenamento de Energia Solar BESS *"Battery Energy Storage System"*(a)	623	197
Projeto de gestão – P&D	35	-
Adiantamentos	5	16
	663	**569**

a) Esses projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao serem concluídos, são integralmente utilizados pela Companhia para deduzir do saldo a investir em P&D. **13 Aplicação financeira vinculada** A aplicação financeira era mantida junto ao Itaú Unibanco S.A., como garantia/reserva para resgate das debêntures emitidas. **Movimentação do saldo de aplicação financeira vinculada ao longo do exercício**

Instituição financeira	2023	Juros auferidos	Resgates efetuados	2024
Itaú Unibanco S.A.(a)	**14.457**	**1.391**	**(15.848)**	-

(a) A aplicação financeira vinculada foi resgatada integralmente pela Companhia nos dias 29 de novembro e 11 de dezembro de 2024, em função da amortização integral das Debêntures Simples da sua 3ª Emissão (Debêntures ITAÚ - GAMZ13), conforme descrito na nota explicativa nº 17. **14 Imobilizado**

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldos em 31/12/2024
Custo					
Edificações	65.701	841	-	97	66.639
Motores e geradores	121.892	755	-	2.038	124.685
Sistemas elétricos e mecânicos	79.659	-	-	-	79.659
Partes e acessórios	8.493	-	(850)	-	7.643
Móveis e utensílios	553	22	-	-	575
Máquinas e equipamentos	2.194	-	-	-	2.194
Computadores e periféricos	554	62	-	-	616
Máquinas e equipamentos de conversão para gás natural	73.567	-	(2.382)	-	71.185
Imobilizado e mandamento - Obras de adequação ambiental	97	-	-	(97)	-
Máquinas e equipamentos de conversão p/configuração SG(a)	120.410	52	-	-	120.462
Partes e peças para manutenção 12k-SG	1.121	-	-	(1.121)	-
Partes e peças para manutenção 18k–SG (b)	-	5.135	-	(917)	4.218
Ativo de direito de uso	5.766	-	-	-	5.766
	480.007	6.867	(3.232)	-	483.642
Depreciação acumulada					
Edificações	(44.504)	(1.033)	-	-	(45.537)
Motores e geradores	(73.266)	(7.810)	-	-	(81.076)
Sistemas elétricos e mecânicos	(63.399)	(2.710)	-	-	(66.109)
Partes e acessórios	(6.412)	(300)	425	-	(6.287)
Móveis e utensílios	(372)	(28)	-	-	(400)
Máquinas e equipamentos	(1.590)	(105)	-	-	(1.695)
Computadores e periféricos	(417)	(50)	-	-	(467)
Máquinas e equipamentos de conversão para gás natural	(56.315)	(2.838)	1.191	-	(57.962)
Máquinas e equipamentos de conversão p/configuração SG (c)	(24.274)	(12.046)	-	-	(36.320)
Ativo de direito de uso	(3.897)	(975)	-	-	(4.872)
	(274.446)	(27.895)	1.616	-	(300.725)
Imobilizado líquido	**205.561**	**(21.028)**	**(1.616)**	-	**182.917**

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2023
Custo				
Edificações	64.929	562	210	65.701
Motores e geradores	121.371	361	160	121.892
Sistemas elétricos e mecânicos	79.659	-	-	79.659
Partes e acessórios	8.493	-	-	8.493
Móveis e utensílios	534	19	-	553
Máquinas e equipamentos	2.178	16	-	2.194
Computadores e periféricos	504	50	-	554
Máquinas e equipamentos de conversão para gás natural	73.567	-	-	73.567
Imobilizado e mandamento - Obras de adequação ambiental	209	98	(210)	97
Máquinas e equipamentos de conversão para configuração SG (a)	120.233	177	-	120.410
Partes e peças para manutenção12k - SG	-	1.281	(160)	1.121
Ativo de direito de uso	**Saldos em 31/12/2022**	**Adições**	**Transferências**	**Saldos em 31/12/2023**
Depreciação acumulada	5.766	-	-	5.766
	477.443	2.564	-	480.007
Edificações	(43.511)	(993)	-	(44.504)
Motores e geradores	(65.563)	(7.703)	-	(73.266)
Sistemas elétricos e mecânicos	(60.689)	(2.710)	-	(63.399)
Partes e acessórios	(6.065)	(347)	-	(6.412)
Móveis e utensílios	(346)	(26)	-	(372)
Máquinas e equipamentos	(1.486)	(104)	-	(1.590)
Computadores e periféricos	(372)	(45)	-	(417)
Máquinas e equipamentos de conversão para gás natural	(53.440)	(2.875)	-	(56.315)
Máquinas e equipamentos de conversão p/ configuração SG (b)	(12.238)	(12.036)	-	(24.274)
Ativo de direito de uso	(2.922)	(975)	-	(3.897)
	(246.632)	(27.814)	-	(274.446)
Imobilizado líquido	**230.811**	**(25.250)**	-	**205.561**

(a) Trata-se da aquisição de R$ 101.423 de partes e peças dos motores e equipamentos e materiais dos sistemas auxiliares; R$ 18.135 de serviços de instalação e montagem dos motores; e R$ 904 de seguros de risco de engenharia, ambos aplicados na conversão de combustível da usina, para configuração SG (Spark-Gás), movida 100% a Gás Natural. A Conversão SG da usina converteu os motores GD (Gás-Diesel) W18V46GD para a configuração SG na versão W18V50SG. Na configuração GD a usina consumia simultaneamente Gás Natural e óleo Combustível em ciclo Diesel, com a conversão, a usina passou a operar na configuração SG, consumindo unicamente gás natural em ciclo Otto, com ignição por vela, de forma que o óleo combustível OCA1 deixou de ser utilizado. Entre os benefícios da conversão, destaca-se o aumento de 7,46% de potência instalada (de 85,38MW para 91,75MW), o aumento de 7,38% de eficiência (de 40,17% para 43,37%), a redução significativa das emissões atmosféricas e a renovação dos motores, cuja contagem de horas de operação foi reiniciada a partir do zero, prolongando significativamente sua vida útil. A Companhia concluiu as adequações dos sistemas comuns e a conversão de todos os motores para configuração SG, sendo: (i) Motor "GG03" concluído em 23 de setembro de 2021; (ii) Motor "GG05" concluído em 9 de novembro de 2021; (iii) Motor "GG04" concluído em 17 de dezembro de 2021; (iv) Motor "GG02" concluído em 16 de fevereiro de 2022; e o (v) Motor "GG01" concluído em 25 de março de 2022. (b) Esse saldo refere-se às aquisições de partes e peças para manutenção de 18 mil horas dos motores de geração, cuja previsão para conclusão é 2025. (c) Desse montante apurado no exercício, R$ 9.614 (R$ 9.615 em 2023) se refere a parte da depreciação dos itens enquadrados pela sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC, relativo à conversão de combustíveis. A Companhia entende que a prática contábil de valorizar os bens do ativo imobilizado pelo custo histórico, deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é a que melhor representa o valor dos seus ativos imobilizados. **15 Arrendamento mercantil financeiro** A Companhia é signatária do contrato OC-1821/2005 com a AmD, firmado em 20 de maio de 2005 com vigência de 20 anos, na modalidade de Produtor Independente de Energia ("PIE"). O contrato foi cedido para Amazonas GT em 3 de dezembro de 2018 e em 1º de julho de 2021 cedido integralmente para a Centrais Elétricas do Norte S/A ("Eletronorte"), cujo objeto é o suprimento de energia pela Companhia à Eletronorte, na frequência de 60 Hz, para o mercado da Eletronorte, nas modalidades de potência contratada, energia fornecida e reembolso de combustível. O contrato estabelece que, ao término de sua vigência, após vinte anos contados da data de sua assinatura e, após cumprimento de todas as condições e obrigações contratuais pelas partes, a usina será revertida para o patrimônio da Eletronorte. Este contrato obedeceu a todas as formalidades legais e fiscais vigentes à época de sua assinatura, constituindo-se em ato jurídico perfeito. Também foi submetido à avaliação das autoridades reguladoras do setor elétrico, bem como, dos bancos e agências financiadoras, que comprovaram sua adequação às normas regulamentares, bancárias, fiscais e contábeis vigentes àquela época. Em vista do normativo contábil CPC 06 (R2) - Arrendamentos, bem como da ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, que introduziram novos conceitos para entendimento de contratos com determinadas características, diante deste cenário, a Companhia realizou detalhada análise da natureza jurídica e contábil desse pacto comercial, notadamente para identificar se estaria obrigada ao cumprimento do CPC 06 (R2), que versa sobre as operações de arrendamento mercantil financeiro. De acordo com o pronunciamento **CPC 06 (R2) e ICPC 03,** "uma entidade pode celebrar um acordo, incluindo uma transação ou uma série de transações relacionadas, que não tenha a forma legal de arrendamento, mas transfere o direito de usar um ativo (por exemplo, item do imobilizado) em troca de um pagamento ou de uma série de pagamentos. Os exemplos de acordos em que a entidade (fornecedor) pode transferir esse direito de usar um ativo à outra entidade (comprador), (...)". Ainda de acordo com esses pronunciamentos contábeis, "a determinação sobre se um acordo é, ou contém, arrendamento mercantil, deve estar baseada na essência do acordo e exige uma avaliação se: "... (a) O cumprimento do acordo depende do uso de ativo ou ativos específicos (o ativo); e (b) O acordo transfere o direito de usar o ativo." Como resultado desta criteriosa avaliação, a Companhia entende que o contrato possui somente características de suprimento de energia elétrica firmado com a Eletronorte, e não possui característica de arrendamento conforme definido pelo CPC 06 (R2), considerando os aspectos abaixo: • Cumprimento do contrato "não depende do uso do ativo específico"; • A Eletronorte não tem "a capacidade ou o direito de operar, acessar ou direito de controlar o ativo ou de comandar outros a operar o ativo"; • O próprio contrato de suprimento estabelece em sua cláusula 18 que a Companhia é a "responsável pelo "Empreendimento", cabendo-lhe, às suas custas, projetar, construir, segurar, operar, manter e realizar todas as operações"; • A Eletronorte não tem o direito de "obter um valor que não seja insignificante da produção ou de outra utilidade que será produzida ou gerada pelo ativo durante o prazo do acordo"; e • As transações de compra e venda de energia estão sujeitas a regimes fiscais completamente diferentes de uma operação de arrendamento mercantil/leasing, e a adoção de um regime fiscal diferente colocaria a Companhia diante de um risco tributário de grandes proporções.

16 Fornecedores

	2024	2023
Wartsila Brasil Ltda.	-	742
Wartsila Switzerland Ltd.	-	896
Outros	380	329
	380	**1.967**

17 Debêntures

	2024		2023	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
DebênturesITAÚ-GAMZ13 (a)	-	-	**49.367**	-

(a) Em 10 de novembro de 2020, a Companhia emitiu sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, no valor de R$ 190.000, realizada mediante distribuição pública com esforços restritos, através da Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (agente fiduciário). A totalidade dos recursos foi liberada pelo Banco Itaú BBA S/A, em 25 de novembro de 2020, através da emissão de 190.000 (cento e noventa mil) debêntures. Os recursos obtidos pela Companhia com a Emissão das debêntures foram utilizados para (i) realização de investimentos voltados à conversão dos motores da usina térmica a óleo e a gás, com objetivo de obter geração de energia 100% a gás natural; e (ii) a quitação integral da Cédula de Crédito Bancária nº 101120090003700, celebrada junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. no dia 24 de setembro de 2020. As debêntures eram atualizadas monetariamente pela variação mensal positiva do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), desde a primeira data de integralização até a data da integral liquidação, acrescido de juros de 4,90% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização ou a data de aniversário imediatamente anterior, conforme o caso, até data do efetivo pagamento. A amortização das debêntures ocorreu em 48 meses, contados da data de emissão, sendo que o primeiro pagamento foi realizado no dia 15 de dezembro de 2020 e a data do último pagamento deveria ocorrer em 18 de novembro de 2024, ressalvada a eventual declaração de vencimento antecipado, resgate antecipado facultativo total e a oferta de resgate antecipado total das debêntures. Em cada ocasião do vencimento, a Companhia se obrigava a proceder ao pagamento das debêntures pelo saldo do valor nominal unitário atualizado, acrescido da remuneração devida, calculada na forma prevista na escritura de emissão. Em garantia do pontual e integral cumprimento das obrigações garantidas, foram constituídas, em favor dos debenturistas, as seguintes garantias reais, a perdurar até o completo e efetivo cumprimento de todas as obrigações garantidas, nos termos da Escritura Particular da 3ª emissão de Debêntures: (i) Alienação Fiduciária de Ações, constituída nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; (ii) Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos, constituída nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos; e (iii) Cessão Fiduciária, constituída nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária. No dia 18 de novembro de 2024, a Companhia efetuou o último pagamento devido, amortizando integralmente estas debêntures, junto ao Banco Itaú BBA S.A. O encerramento da operação foi formalizado no relatório emitido pela Oliveira Trust DTVM S.A., em 5 de dezembro de 2024. Dessa forma e considerando que a Companhia cumpriu todas as obrigações garantidas, a Oliveira Trust DTVM S.A. iniciou e finalizará nos primeiros meses de 2025, a emissão de três Termos de Liberação, baixando os ônus constituídos pelo (i) Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, (ii) Contrato de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos, e (iii) Contrato de Cessão Fiduciária. Nesse sentido, tempestivamente, a Companhia procederá com a baixa e liberação de todas as garantias alienadas em favor dos debenturistas.

Movimentação no saldo de debêntures ao longo do exercício:

Tipo	2023	Juros incorridos	Juros pagos	Principal pago	2024
ITAÚ – GAMZ13	49.367	2.481	(2.481)	(49.367)	-

18 Obrigações tributárias

	2024	2023
ICMS a pagar	3.806	3.681
PIS a pagar	249	314
COFINS a pagar	1.149	1.593
INSS	108	122
ISS	52	62
PIS, COFINS e CSLL - Lei nº10.833	136	56
Imposto de renda retido na fonte sobre salários	129	121
Imposto de renda retido na fonte sobre serviços e aluguel	17	18
ICMS sobre importação	13	24
	5.659	**5.991**

19 Imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
IRPJ a recolher	936	4.371
CSLL a recolher	2.286	3.606
	3.222	**7.977**
Circulante	988	5.418
Não circulante (a)	2.234	2.559

(a) Trata-se da apropriação do IRPJ e CSLL incidentes sobre a receita de créditos tributários de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo, referente ao período de março de 2017 a agosto de 2021. A Companhia possui sentença favorável no Mandado de Segurança impetrado em relação a suspenção da exigibilidade do IRPJ e da CSLL atrelados aos créditos decorrentes da retificação da inclusão indevida do ICMS na base das contribuições ao PIS/COFINS, até a homologação das declarações de compensação e/ou deferimento dos pedidos de restituição pela Receita Federal do Brasil (RFB). Os saldos de IRPJ e CSLL de R$ 2.234 (R$ 2.559 em 2023) apresentados no passivo não circulante, estão diferidos conforme art. nº 480 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580/2018). Esses tributos serão recolhidos pela Companhia no momento em que a RFB efetivamente reconhecer o direito creditório dos valores a recuperar de PIS e COFINS (pagamento a maior). **20 Processos judiciais** A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para perdas com processos judiciais. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, acredita que as defesas contra as ações serão bem sucedidas e não espera incorrer perdas potenciais na resolução dessas contingências, concluiu não ser necessário constituir provisão para cobrir perdas com as ações em curso. A Companhia não possuía nenhuma contingência com risco de perda provável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **Riscos avaliados como perdas possíveis** A Companhia também é parte em outros processos tributários que tramitam em esfera judicial relacionados a autos de infrações: (i) lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas (SEFAZ/AM), relacionados ao pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no montante de R$ 1.180 (R$ 1.346 em 2023); e (ii) lavrado pela Secretaria Municipal de Finanças de Manaus (SEMEF) relacionados ao Imposto sobre Serviços Retidos na Fonte (ISS RF), no montante de R$ 933 (R$ 772 em 2023). A Administração não constituiu provisão com base na avaliação de perda possível feita pelos seus assessores jurídicos e não é necessária provisão nessa circunstância, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil. **21 Patrimônio líquido (a) Capital social** Conforme AGE realizada em 29 de setembro de 2020, a acionista aprovou a conversão de 22.129.613 ações preferenciais de classe A em 22.129.613 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando, o capital social da Companhia a ser dividido apenas em ações ordinárias de uma única classe e tipo. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social autorizado, subscrito e integralizado, era de R$ 50.963, representado por 44.259.226 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia tem a seguinte composição: **Acionista** BTG Pactual Holding Participações S.A. (a) **Quantidade de ações** 44.259.226 (a) Em 24 de março de 2023, as ações ordinárias da Vulcan Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia sobre a Companhia, foram transferidas integralmente para a acionista BTG Pactual Holding Participações S.A., conforme Termo de Transferência de Ações nº. 20 assinado na referida data. O BTG Pactual Holding Participações S.A. é a única acionista da Companhia. **(b) Reservas de lucros** ***Reserva legal*** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada final de exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Nos exercícios de 2024 e 2023, a Companhia não constituiu reserva legal, por ter atingido o limite de 20% do capital social. ***Reserva de incentivos fiscais do imposto de renda*** Por estar situada na área da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, a Companhia goza de incentivo fiscal do imposto de renda, que é reconhecido diretamente na demonstração de resultados. Por determinação legal, esse incentivo não pode ser distribuído aos acionistas, razão pela qual é registrado em reserva específica. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia destinou R$ 21.007 (R$ 21.147 em 2023) para reserva de incentivos fiscais, referente ao incentivo fiscal do imposto de renda. ***(c) Dividendos / Remuneração aos acionistas*** O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. nº 202 da Lei nº. 6.404/76. A Administração usualmente propõe dividendos adicionais ao mínimo obrigatório de 25%, para futura deliberação dos acionistas em assembleia geral. Em 1º de abril de 2024, conforme deliberação em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a destinação de lucros apurados em 31 de dezembro de 2023, R$ 81.898 a título de dividendos, esse valor contempla as distribuições

Continua

Página 4 continuação do Balanço Patrimonial da GERA Amazonas S/A

intermediárias de dividendos ocorridas ao longo de 2023, que somam o montante de R$ 67.962, conforme deliberações do Conselho de Administração realizadas em 31 de março, 18 de outubro e 07 de dezembro de 2023, e mais R$ 13.936 referente a parcela de lucro que excedeu ao dividendo mínimo obrigatório, mantido como dividendo adicional proposto em 31 de dezembro de 2023. Nos meses de janeiro e abril de 2024, a Companhia pagou integralmente o saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2023, no montante de R$ 26.753, sendo (i) R$ 12.817 referente ao saldo de dividendos a pagar existente no encerramento do exercício; e (ii) R$ 13.936 referente ao dividendo adicional proposto, ambos deliberados em Assembleia Geral Ordinária. Adicionalmente, em 12 de abril e 17 de dezembro de 2024, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração, as apropriações de dividendos intermediários no montante de R$ 69.443, sendo pagos R$ 45.000 em maio de 2024, e o restante, R$ 24.443, serão pagos em 2025, conforme disponibilidade de caixa da Companhia. Conciliação dos valores pagos a título de dividendos no exercício:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	12.817	2.173
Dividendos propostos/aprovados		
Dividendos adicionais propostos do exercício anterior aprovados no período	13.936	7.182
Dividendos propostos	69.443	67.962
	83.379	75.144
Pagamentos efetuados		
Dividendos propostos do exercício anterior	(12.817)	(2.173)
Dividendos adicionais propostos do exercício anterior aprovados no período	(13.936)	(7.182)
Antecipação de dividendos intermediários do período	(45.000)	(56.145)
	(71.753)	(64.500)
Saldo final	**24.443**	**12.817**

O cálculo dos dividendos propostos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está apresentado abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	97.495	103.045
Incentivo fiscal do imposto de renda	(21.007)	(21.147)
Base de cálculo	76.488	81.898
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	19.122	20.475
Dividendos adicionais	50.321	47.487
Total de dividendos no exercício	**69.443**	**67.962**

(d) Dividendo adicional proposto Refere-se à parcela de lucro que excedeu ao dividendo mínimo obrigatório, ainda não distribuído, determinado no estatuto social da Companhia. Foi mantido o montante de R$ 7.045 em conta específica de dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido, até a deliberação definitiva dos acionistas. **22 Receita operacional líquida**

		2024	2023
Receita operacional bruta			
Receita competência garantida/contratada		176.642	179.916
Receita de energia fornecida - Operação e Manutenção (O&M)		45.158	45.727
Energia variável - Mercado de Curto Prazo (MCP)	895		521
		222.695	226.164
Deduções			
ICMS (a)		(44.360)	(44.033)
PIS		(2.943)	(3.005)
COFINS	(13.553)		(13.842)
	(60.856)		(60.880)
	161.839		**165.284**

(a) Em decorrência da alteração da alíquota do ICMS para operações de energia elétrica pelo Decreto nº 45.973, de 5 de julho de 2022, a partir de 1º de julho de 2022 a Companhia passou a utilizar alíquota de 18% de ICMS sobre as notas fiscais de fornecimento de energia elétrica. Em 29 de dezembro de 2022 o Estado do Amazonas publicou a Lei Complementar nº. 242/2022 majorando a alíquota interna (modal) do ICMS 18% para 20%, com vigência a partir do mês de abril de 2023. Nesse sentido, em virtude da alteração da alíquota, a partir de 1º de abril de 2023 a Companhia passou a utilizar alíquota de 20% de ICMS sobre as notas fiscais de fornecimento de energia elétrica. **23 Custo das vendas**

	2024	2023
Depreciação e amortização	(27.821)	(27.667)
Gerenciamento da usina - serviços de operação e manutenção	(9.548)	(11.604)
Custos com manutenção, interligação e seguros (a)	(5.212)	(6.963)
Combustível	(2.273)	(2.017)
Mão de obra direta	(1.792)	(1.631)
Outros	(1.495)	(1.047)
	(48.139)	**(50.929)**

(a) Trata-se dos custos com manutenção dos motores, interligação – SIN e seguros da usina. **24 Outras receitas operacionais líquidas**

	2024	2023
Outras receitas operacionais brutas		
Receita com subvenção para custeio da aquisição de ativo imobilizado (a)	10.594	10.595
Receita com peças recebidas em garantia	-	207
Receita com venda de sucatas	-	82
Outras receitas	-	5
	10.594	10.889
Deduções		
COFINS	(805)	(827)
PIS	(175)	(179)
ICMS	-	(16)
	(980)	(1.022)
	9.614	**9.867**

(a) Trata-se da receita de sub-rogação da CCC, reconhecida no resultado da Companhia na mesma proporção da depreciação dos ativos imobilizados diretamente relacionados à conversão da usina para configuração SG, conforme requerido pela norma contábil CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais. **25 Despesas gerais e administrativas**

	2024	2023
Despesas com pessoal	(3.055)	(2.832)
Serviços contratados	(3.792)	(3.547)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(1.589)	(1.615)
Outras despesas	(2.038)	(1.968)
	(10.474)	**(9.962)**

26 Resultado financeiro, líquido

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	5.999	5.113
SELIC s/créditos de PIS e COFINS exclusão do ICMS da base de cálculo (a)	28	1.127
Variação cambial ativa	22	2
IPCA sobre reembolsos de sub-rogação CCC (b)	78	14.458
Outras	25	-
	6.152	20.700
Despesas financeiras		
Encargos financeiros sobre debêntures (c)	(2.481)	(8.298)
Juros sobre arrendamentos	(106)	(173)
Despesas bancárias	(196)	(247)
Remuneração SELIC P&D	(137)	(142)
Variação cambial passiva	(168)	(33)
	(3.088)	(8.893)
Resultado financeiro, líquido	**3.064**	**11.807**

(a) Trata-se da apropriação de SELIC sobre os créditos tributários de PIS e COFINS sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo (pagamento a maior), referente ao período de março de 2017 a agosto de 2021 (b) Trata-se da atualização anual pelo IPCA sobre o saldo a receber da sub-rogação da CCC, de acordo com o art. 2º da Resolução Autorizativa ANEEL nº 8922/2020, conforme nota explicativa nº. 11a. (c) Apropriação de encargos financeiros sobre as debêntures Itaú, conforme nota explicativa nº 17. **27 Imposto de renda e contribuição social** A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos reconhecidos contabilmente no resultado dos exercícios de 2024 e 2023 estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	115.195	124.676
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	39.166	42.390
Ajustes para apuração do lucro real: adições e exclusões:		
Provisões não dedutíveis	-	476
Despesas não dedutíveis	30	173
Juros sobre arrendamento	36	59
Reversão de provisões não dedutíveis	(476)	(272)
Incentivo PAT	(25)	(24)
Outras exclusões	(24)	(24)
	(459)	388
Imposto de renda e contribuição social correntes	**38.707**	**42.778**
Incentivo fiscal do imposto de renda	**(21.007)**	**(21.147)**
Imposto de renda e contribuição social no resultado dos exercícios	**17.700**	**21.631**
Alíquota efetiva	**15,37%**	**17,35%**

28 Transações com partes relacionadas A Companhia tem como partes relacionadas sua única acionista, BTG Pactual Holding Participações S.A, bem como entidades ligadas. No exercício de 2024, a Companhia não manteve operações comerciais ou financeiras diretamente com o BTG Pactual Holding Participações S.A. As transações ocorridas foram relacionadas ao pagamento de dividendos, conforme divulgado na nota explicativa nº 21. Com o Banco BTG Pactual S.A, controlada do BTG Pactual Holding Participações S.A, possui saldo em aplicação financeira , conforme divulgado na nota explicativa nº 7 **Remuneração de dirigentes** A remuneração da diretoria executiva é determinada pelo Conselho de Administração, e se refere basicamente a salários e gratificações. O total da remuneração de benefícios de curto prazo para a Administração da Companhia durante o exercício de 2024 foi de R$ 1.387 (R$ 1.290 em 2023) referente aos diretores. A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações. **29 Gestão de instrumentos financeiros** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito • Risco de liquidez • Risco de mercado **Estrutura do gerenciamento de risco** A Companhia possui e segue políticas de gerenciamento de risco, que orientam em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro nos fluxos de caixa. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco demonstrados a seguir: ***Risco de crédito*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco. A Administração da Companhia com base no histórico de recebimentos concluiu que não se faz necessário a constituição de provisão para perda de crédito ou perda esperada. ***Exposição a riscos de crédito*** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	7	78.147	58.672
Contas a receber de cliente	8	38.940	36.684
Aplicação financeira vinculada	13	-	14.457
		117.087	**109.813**

A Companhia não possui risco de crédito por região geográfica, pois seu único cliente está localizado em Manaus. O risco de crédito é mitigado pela relação contratual com seu cliente, entretanto, possui concentração da carteira em um único cliente. As aplicações financeiras são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco. ***Risco de liquidez*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados como pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. *Exposição ao risco de liquidez*

31 de dezembro de 2024	2024	Fluxo de caixa contratual total	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	380	380	380	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	2.746	2.746	2.746	-	-
Total	**3.126**	**3.126**	**3.126**	-	-

31 de dezembro de 2023	2023	Fluxo de caixa contratual total	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Fornecedores	1.967	1.967	1.967	-	-
Debêntures	49.367	50.838	50.838	-	-
Outras contas a pagar	4.151	4.151	4.151	-	-
Total	**55.485**	**56.956**	**56.956**	-	-

Risco de preço no fornecimento de energia Decorre da possibilidade de oscilação dos preços da energia comercializada. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia possui contrato de fornecimento firmado com seu cliente com preços fixados e cláusulas contratuais de reajustes. ***Risco de taxa de juros*** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Nota	2024	2023
Aplicações financeiras de liquidez imediata	7	77.438	38.449
Aplicações financeiras vinculadas	13	-	14.457
Debêntures	17	-	49.367
		77.438	**102.273**

Análise de sensibilidade para instrumentos de taxa variável No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia baseada na taxa CDI de 10,83% a.a projetada para 31 de dezembro de 2025, realizou análise de sensibilidade dos efeitos em seus resultados, advindos de uma alta na taxa de 25% em relação ao cenário possível e 50% em relação ao cenário remoto, como também, mais dois cenários para demonstrar os efeitos inversos com a redução de 25% e 50%, considerados como Possível e Remoto, respectivamente. As operações da Companhia são normalmente indexadas a taxas pós-fixadas por CDI. Dessa forma, a Administração entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia, sobretudo porque, no mês de novembro de 2024, as debêntures foram amortizadas integralmente pela Companhia, conforme demonstrado a seguir:

31 de dezembro 2024	Cenário provável CDI	Cenário possível CDI (+25%)	Cenário remoto CDI (+50%)	Cenário possível CDI (-25%)	Cenário remoto CDI (-50%)
Taxas CDI conforme cenários	10,83%	13,54%	16,25%	8,12%	5,41%
Dívida líquida com juros variáveis	-	-	-	-	-
Efeito no resultado					
-Conforme taxa projetada CDI de 9,15% a.a.[1]	-	-	-	-	-
-Conforme cenário de stress		-	-	-	-
Efeito líquido no resultado		-	-		

FONTE: Banco Bradesco

31 de dezembro 2023	Cenário provável CDI	Cenário possível CDI (+25%)	Cenário remoto CDI (+50%)	Cenário possível CDI (-25%)	Cenário remoto CDI (-50%)
Taxas CDI conforme cenários	9,15%	11,44%	13,73%	6,86%	4,58%
Dívida líquida com juros variáveis	(23.762)	(23.762)	(23.762)	(23.762)	(23.762)
Efeito no resultado					
-Conforme taxa projetada CDI de 9,15% a.a.[1]	-	-	-	-	-
-Conforme cenário de stress		-	-	-	-
Efeito líquido no resultado		-	-		

FONTE: Banco Bradesco

Valor justo

Os valores justos dos principais ativos e passivos financeiros são apurados apenas para o propósito de divulgação, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial. Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo. • **Aplicações financeiras** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial se equivalem ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação do CDI e SELIC. A hierarquia de valor justo é nível 1. • **Contas a receber e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias). • **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado tendo em vista características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento. ***Risco de estrutura de capital*** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado de capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento. ***Risco de taxas de câmbio*** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras. Esse risco é mitigado uma vez que a Companhia possui reduzida parcela de aquisição de materiais/serviços em moeda estrangeira. ***Identificação e valorização dos instrumentos financeiros*** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e debêntures. Essas operações destinam-se a atender às suas necessidades relativas à maximização da rentabilidade dos recursos líquidos de caixa e à captação de recursos necessários para manutenção do capital de giro e suprimento do seu plano de investimentos. ***Instrumentos financeiros derivativos*** A Companhia não contratou e não tem como política contratar instrumentos financeiros derivativos. **30 Cobertura de seguros** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2024, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 488.588 (Usina), R$ 163.411 para lucros cessantes, R$ 10.000 para responsabilidade civil e R$ 30.000 para D&O (Directors & Officers) que abrange diretores, conselheiros e administradores.

GERA amazonas

Administração da Companhia

Álcio Adler Silva Bezerra – Diretor Executivo

Francisco Evandro Costa Souza – Contador CRC-AM 009221/O-0

Aos Conselheiros e Diretores da Gera Amazonas – Geradora de Energia do Amazonas S/A Manaus – AM

Opinião com ressalva Examinamos as demonstrações financeiras da Gera Amazonas – Geradora de Energia do Amazonas S/A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gera Amazonas – Geradora de Energia do Amazonas S/A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva** Conforme descrito nas notas explicativas nº 14 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 apresenta na rubrica de imobilizado, o montante de R$ 182.617 mil (R$ 205.561 mil em 2023) e encargos de depreciação registrados no resultado do exercício de R$ 27.821 mil (R$ 27.667 mil em 2023), respectivamente. Tal ativo está relacionado ao contrato de potência contratada, energia fornecida e reembolso de combustível firmado entre a Companhia e a Centrais Elétricas do Norte S/A ("Eletronorte"), conforme mencionado nas notas explicativas 1 e 15 às demonstrações financeiras. O contrato firmado entre as partes se enquadra como arrendamento financeiro, de acordo com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos e, portanto, não possui as características de ativo imobilizado como reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia. Por consequência, parte da receita operacional reconhecida nas demonstrações financeiras está relacionada à remuneração do arrendamento financeiro que deveria ter sido reconhecido no início do contrato a valor presente, logo nos anos seguintes haveria reconhecimento de receita financeira devido a recomposição do ativo financeiro. Ainda em conexão com esse assunto o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 apresenta na rubrica Subvenção para custeio da aquisição de imobilizado a transcorrer o montante de R$ 64.062 mil (R$ 74.656 mil em 31 de dezembro de 2023) e em Outras receitas operacionais líquidas, resultado relacionado com a realização da referida subvenção no montante de R$ 10.594 mil (R$ 10.595 mil em 31 de dezembro de 2023). Em decorrência dessa subvenção estar relacionada ao incremento do ativo objeto do referido arrendamento financeiro, a referida subvenção deveria ter sido reconhecida em conexão com a avaliação do arrendamento financeiro. Sendo assim, se os ativos relacionados ao contrato com a Eletronorte e a subsequente conversão dos motores tivessem sido reconhecidos como arrendamento financeiro, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ser afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável para nós quantificar os efeitos dos ajustes. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Manaus, 27 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-AM

Marcelo Pereira Gonçalves Contador CRC 1SP220026/O-3



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARREIRINHA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025-CMC/PMB

O Município de Barreirinha/AM, através da Comissão Municipal de Contratação--CMC, torna público que realizará licitação na modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025-CMC/PMB. OBJETO:** Registro de Preço para Eventual Contratação de Empresa para o Fornecimento de Materiais de Higiene, Limpeza e Descartáveis, com a finalidade de atender exclusivamente a Secretaria Municipal de Saúde-SEMSA, a Unidade Hospitalar Coriolano Cidade Lindoso e a Unidade Básica de Saúde Fluvial, de acordo com as necessidades e demandas da Prefeitura de Barreirinha/AM, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar – ETP, Termo de Referência e seus anexos. Critério de Julgamento: "Menor lance por item". Abertura das Propostas de Preços e disputa de lances: 02/04/2025, às 11h:00min (horário de Brasília/DF) no Portal de compras: www.bll.org.br. **EMBASAMENTO LEGAL:** Lei Federal n°. 14.133/2021, pela Lei Complementar n°. 123/2006, alterada pela LC 147/14, Decreto Municipal nº 230/2024-PMB e Decreto Municipal nº 180/2025-PMB. **INFORMAÇÕES:** O edital e seus anexos encontram-se disponível na Prefeitura Municipal de Barreirinha, na Sala da Comissão Municipal de Contratação-CMC, localizada na Rua Militão Dutra, nº 134, Centro, Barreirinha/AM, CEP: 69.160-000, **de segunda à sexta-feira, no horário de 08:00 às 12:00 horas.** O arquivo poderá ser retirado impresso mediante o pagamento de DAM no Setor de Tributos ou gratuitamente no site **www.barreirinha.am.gov.br, no site www.bll.org.br** e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Barreirinha - AM, 19 de março de 2025.

Juciney da Silva Brito
Agente de Contratação

